



MUSEU DA MISERICORDIA DO PORTO

---

*PLANO DE  
ATIVIDADES  
E ORÇAMENTO*  
2015

 misericórdia  
do porto

*“Neste momento, não nos serve “uma simples administração”. Constituíamo-nos em “estado permanente de missão”  
Papa Francisco, A alegria do Evangelho  
(Evangelii Gaudium)*

---

# ÍNDICE

## CORPOS GERENTES

## INTRODUÇÃO

## PLANO DE ATIVIDADES

### *I - Enquadramento Institucional*

### *II - Prioridades Estratégicas*

### *III - Áreas em Desenvolvimento Operacional e Estratégico*

- 01 Área da Saúde
- 02 Área Social e Juventude
- 03 Área da Educação
- 04 Área do Ensino Especial
- 05 Área da Agricultura
- 06 Área do Culto e Cultura
- 07 Área do Ambiente
- 08 Área dos Recursos Humanos
- 09 Área da Gestão Administrativa e Patrimonial
- 10 Área da Contabilidade e Finanças
- 11 Área de Sistemas de Informação e Modernização Administrativa
- 12 Área da Justiça
- 13 Auditoria Interna

### *IV - Referências Finais*

## ORÇAMENTO

## PARECER DO DEFINITÓRIO

---

## **CORPOS GERENTES**

### **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

#### *Presidente*

Jorge Rui Moia Pereira Cernadas

#### *Vice-Presidente*

Nuno Magalhães Silva Cardoso

#### *Secretários*

António José Barbosa Samagaio

José Manuel Lemos Pavão

### **MESA ADMINISTRATIVA**

#### *Provedor*

António Manuel Lopes Tavares

#### *Vice-Provedor*

António Luís Abranches Canto Moniz

#### *Tesoureiro Geral*

Jorge Eduardo Silva Ferreira Dias

#### *Culto e Cultura*

Francisco Ribeiro da Silva

#### *Modernização Administrativa e Tecnologias da Informação*

António Ernesto Silva Carvalho de Brito

#### *Desenvolvimento Agrícola e Ensino Especial*

Francisco Castelo Branco Ribeiro

#### *Área Social Mulheres e Jovens*

Maria Albertina Amorim Coelho

### **DEFINITÓRIO**

#### *Presidente*

José Rodrigues Silva Caiano

#### *Vice-Presidente*

Joaquim Sabino Rangel Pamplona

#### *Secretário*

Joaquim Silva Vianez

#### *Vogais*

António Alves Teixeira do Carmo

Silvério Santos Brunhoso Cordeiro

## INTRODUÇÃO

“CADA VEZ MAIS EXISTE UM APELO À IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA SOCIAL E AÍ, COMO NÃO PODIA DEIXAR DE SER, GANHA REALCE O PAPEL DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO.”

No cumprimento de um imperativo legal e estatutário cumpre-nos apresentar o Plano de Atividades e Orçamento para 2015 à Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia do Porto.

Este documento estratégico para o desenvolvimento da nossa Irmandade é feito num contexto de dupla expectativa.

No âmbito do primeiro Orçamento feito após o programa de ajuda financeira e o que dele advém para a observância dos compromissos internacionais do Estado português, além da modificação, na sequência da Lei de Bases da Economia Social, do Decreto-Lei 119/83 que irá introduzir alterações ao modelo gestor das instituições de solidariedade social.

Por outro lado ainda, a situação que revela de vivermos uma época de complexidade acrescida e de incerteza permanente resultante dos inúmeros apelos que a sociedade nos solicita.

O Plano de Atividades e Orçamento que ora se apresenta à Irmandade não pode deixar de refletir este clima de desconfiança que perpassa a sociedade portuguesa.

Cada vez mais existe um apelo à importância da economia social e aí, como não podia deixar de ser, ganha realce o papel da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Importância essa que o acordo de parceria 2020 aumenta ao dotar de verbas significativas a área social contribuindo para a introdução de novos mecanismos de inovação social e de medição do impacto da ação social desenvolvida pelas Misericórdias.

A nossa proposta de Plano e Orçamento é, na senda dos últimos três anos, uma proposta prudente, sustentável e cautelosa sem deixar de aproveitar a oportunidade de continuar uma tradição de ambição que sempre foi atitude da Misericórdia do Porto.

Na sequência da proposta de Orçamento de Estado para 2015 e a continuação de controlo de despesa social pública apontamos a taxas de crescimento reduzidas com impacto no plano de investimentos a propor.

## QUADRO COM A PREVISÃO DE INDICADORES MACROECONÓMICOS CRÍTICOS PARA O ORÇAMENTO DE 2015

INDICADOR	PREVISÃO
PIB Portugal	1,5%
Taxa de inflação da zona Euro	0,9%
Taxa de inflação Portugal	1,1%
Índice de atualização do património de rendimento	0,9969% - Aviso do INE N° 11680/2014
Taxa de juros operações passivas de curto prazo (Euribor a 3 meses)	0,5%
Taxa de juros operações passivas longo prazo	1,0%

Os desafios do ano de 2015 serão exigentes mas não implicaram uma mudança naquele que tem sido a nossa principal preocupação. Assegurar a continuidade de políticas de sustentabilidade e a redução dos défices operacionais de todas as áreas de intervenção. Só assim será possível assegurar uma Misericórdia do Porto com ambição no cumprimento da sua missão penta secular.

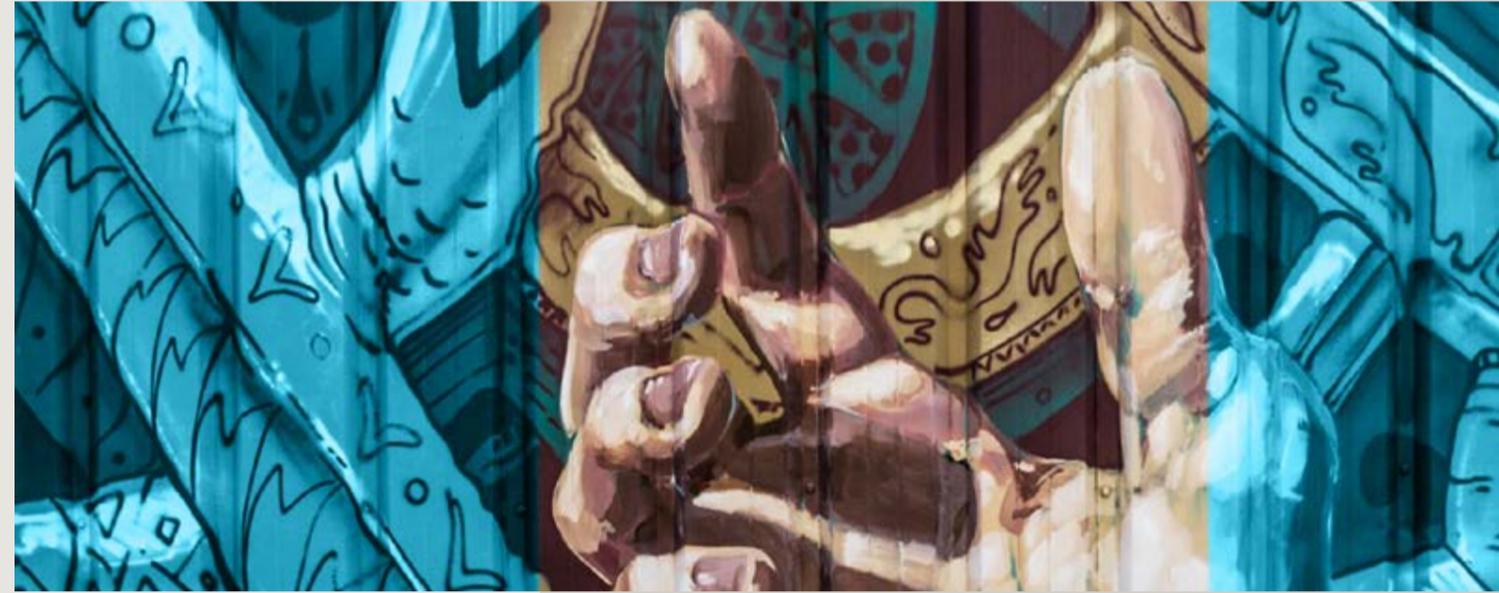
Termino agradecendo o apoio dos Irmãos e Irmãs para a preparação e elaboração

deste Plano e do Orçamento, em especial ao nosso Bispo, D António Francisco dos Santos, cujo sábio conselho tem sido de grande importância.

A todos o meu muito obrigado pela confiança manifestada.

ANTÓNIO TAVARES  
PROVEDOR DA SANTA CASA DA  
MISERICÓRDIA DO PORTO





---

***PLANO DE  
ATIVIDADES***

## **I - ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL**

Não podemos deixar de participar com ânimo e forte confiança no futuro, cientes ainda, que os tempos são como diz o Papa Francisco de “estado permanente de missão” ao serviço dos mais desfavorecidos da nossa comunidade.

A Santa Casa da Misericórdia do Porto vai procurar continuar a ser fiel à sua tradição de serviço público e de missão socio-caritativa procurando reforçar a inovação social perante os novos problemas que a sociedade quotidianamente nos transporta.

Preocupados com o financiamento da economia social e das instituições vamos empenhar-nos na definição de políticas sociais de nova geração. O nosso empenho no Banco de Inovação Social, nos fundos de inovação social, resultantes dos fundos comunitários 2020, na criação de um seguro de saúde que evidencie a nossa importância no sector, o reforço de parcerias ativas, acrescentado valor à nossa atividade serão exemplos como o nosso relacionamento institucional se irá desenvolver.

Momento alto desejamos que seja, no final do primeiro trimestre, a organização inédita de um Encontro das instituições da economia social, mais de 55 mil, para refletir sobre o seu papel e afirmar, junto dos partidos do arco parlamentar, um compromisso sobre a importância de serem definidas políticas coerentes e estáveis para o sector.

Queremos, ainda continuar a contar com a contribuição das famílias, o apoio dos filantropos, o mecenato das empresas para podermos executar o cumprimento das catorze Obras de Misericórdia à luz da moderna doutrina social da Igreja.

Uma palavra final ao Estado, cuja preocupação constitucional na defesa do bem-estar dos cidadãos é também, assumida por nós como um pilar da nossa missão.

## **II - AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA 2015**

Assumindo o princípio de continuar a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental da Misericórdia do Porto esta preocupação vai-se consubstanciar num conjunto mais alargado de prioridades estratégicas:

- a) Princípio do controle do défice por atividade mantendo o equilíbrio económico e financeiro nos vários projetos. Desse modo procuraremos atingir o défice de tendência zero nas atividades operacionais e eleger os projetos que devem libertar meios.
- b) Princípio do investimento sustentável no sentido de permitir manter as condições de qualidade de vida para os utentes no pleno cumprimento das obras de misericórdia.
- c) Princípio da integração e de serviços partilhados assente na consolidação de todos os processos de integração, verticalização e de externalização de serviços e departamentos, com o cumprimento do controle orçamental e respetiva vigilância na sua execução.
- d) Princípio da regra de ouro orçamental afirmando princípios e condutas que dignifiquem o prestígio e a imagem externa da Misericórdia do Porto, na afirmação plena de uma cidadania de intervenção, num quadro de uma cultura de solidariedade e na divulgação dos princípios fundadores da doutrina social da Igreja.

O orçamento reflete, também, as orientações do Orçamento de Estado, nas áreas da saúde, segurança social e educação, além de procurar continuar uma cautelosa política de recursos humanos em que, apesar da abertura de novos equipamentos, tem havido contenção na admissão, procura de novas receitas, de que o investimento a propor no património imobiliário é uma das faces visíveis.

O Plano de Investimento evidencia a preocupação de continuar o investimento na modernização dos equipamentos hospitalares, o desenvolvimento dos planos de manutenção e conservação do nosso património. Ao nível do património operacional será feito um investimento no Lar Quinta do Matinho /Jorge Calheiros, sem intervenção há mais de 20 anos e continuará a execução do plano estratégico do Centro Hospitalar do Conde de Ferreira cuja conclusão se prevê para 2020.

A diferença entre os últimos anos é realçada pela abertura dos novos equipamentos, desde a saúde à cultura, cujos resultados estão na margem de expectativa e de confiança de todos nós.



### III - DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO OPERACIONAL

#### 01 - ÁREA DA SAÚDE

*A área da saúde desempenha, hoje, na Santa Casa da Misericórdia do Porto um papel estratégico em que a presença do Centro de Reabilitação do Norte veio ainda aumentar mais a sua capacidade institucional.*

Sendo visível que o Estado foi, nesta área, onde evidenciou fortes cortes orçamentais e profundas reformas estruturais, não deixa de ser expectável que seja aqui que a Misericórdia do Porto terá que reforçar a sua presença estratégica.

*Desde logo, demonstrando a sua preocupação ao nível da internacionalização da sua atividade, criando condições para aumentar a sua visibilidade, como foi o caso de novos doentes estrangeiros, com a participação no Health Cluster de Portugal e no desenvolvimento de trocas de experiências com outros países (Estados Unidos, Espanha e Suécia) e afirmando ainda a sua atenção e participação no chamado "turismo de saúde".*

Ao mesmo tempo tivemos de fazer o ajustamento de toda a produção do Hospital da Prelada, no sentido de reduzir a sua dependência do modelo de contratualização pública, a redução do défice estrutural do Centro Hospitalar do Conde de Ferreira e a instalação do Centro de Reabilitação do Norte cujo processo implicou uma grande dedicação dos nossos profissionais.

Como temos afirmado é importante reforçar as parcerias com outras entidades, como o processo negocial que estamos a desenvolver com a Cruz Vermelha Portuguesa e outras entidades seguradoras.

O ambiente na área da saúde, nomeadamente no sector privado, começa a ter novos atores, vindos de outros países, com grande capacidade económica e financeira e cuja atuação não devemos escamotear.

Nesse sentido temos desenvolvido estudos para a criação de instrumentos financeiros como os seguros de saúde que permitam um acesso, a qualquer cidadão, aos equipamentos da Misericórdia do Porto.

## **HOSPITAL DA PRELADA DR. DOMINGOS BRAGA DA CRUZ**

Em 2014, na sequência do Acordo de Gestão celebrado entre o MS e a SCMP o volume de financiamento do Contrato Programa do HP para 2014, foi revisto em baixa para 30,275M€, na sequência do ajustamento motivado pelo CRN devido ao decréscimo do número de diárias de medicina física e reabilitação de 14.994 para 6.000.

Para 2015 a metodologia do contrato programa prevê a introdução da versão de um novo agrupador de doentes AP 30R. Esta versão vem de certa maneira corrigir o forte impacto que a versão do AP 27 gravava na atividade cirúrgica.

Contudo, com a aplicação deste cenário ao CP 2015, para o volume de financiamento se manter nos 30,275M€, as quantidades das linhas de produção da consulta externa e atividade cirúrgica terão que crescer 12% e 26% respetivamente, face às quantidades propostas para o CP 2014.

As quantidades consolidadas por linha de atividade serão:

- Consultas 78.800
- Cirurgias 12.300

A produção simulada para o CP 2015 VAP 30R, é sustentada pelo volume histórico e atual de procura de primeiras consultas e lista de inscritos para cirurgia, devendo o planeamento da mesma ser projetado e contratualizado internamento com os serviços até ao final do corrente ano.

Neste último trimestre serão, prevendo novos segmentos de atividade e de clientes, ainda lançadas as especialidades de dermatologia, ginecologia, medicina interna, cardiologia e consolidada a de estomatologia.

De forma a flexibilizar e incrementar as condições da oferta, iremos de uma forma sustentada criar uma estrutura otimizada e integrada nos respetivos serviços para se dedicar e suprir as necessidades de todos os demais segmentos além do SNS.

## **CENTRO HOSPITALAR CONDE DE FERREIRA**

A atividade do Centro Hospitalar do Conde de Ferreira irá continuar centrada nos problemas que mais afligem as famílias e os indivíduos neste início do século XXI.

O crescimento dos consumos, tráfico e criminalidade e o aparecimento de novas substâncias psicoativas, bem como a situação de dificuldade económica das famílias, associada a um acréscimo do desemprego, são fatores explosivos que condicionam a saúde do indivíduo e contribuem para o desenvolvimento dos distúrbios mentais, uma das principais doenças incapacitantes da atualidade.

As perturbações de natureza mental estão a crescer e os distúrbios mentais constituem a nova grande endemia do século.

A depressão é a segunda causa de incapacidade na União Europeia, sendo as doenças mentais e, em particular a depressão, o fator

de maior risco de suicídio. A tudo isto acresce, cada vez mais, as demências que atingem os idosos.

No Centro Hospitalar do Conde de Ferreira (CHCF), Hospital centenário de saúde mental da Santa Casa da Misericórdia do Porto, permanecem internados 300 doentes, com uma idade média de 60 anos e um tempo médio de internamento de cerca de 30 anos.

Apesar dos primeiros fármacos para este tipo de doentes terem surgido em meados do século passado, resolvendo muitos casos que até essa altura apenas a contenção e o isolamento eram a única solução, ainda permanecem casos de deficiência mental profunda e esquizofrenia, sem tratamento eficaz.

A permanente evolução dos tratamentos, das terapias e o desenvolvimento de programas de acompanhamento hospitalar têm resultado na desinstitucionalização de alguns dos doentes internados.

A jardinagem terapêutica que foi iniciada no ano anterior com 2 doentes em trabalho fora do Centro Hospitalar foi, agora, reforçada com mais 4 doentes para manutenção dos espaços verdes dentro da Instituição e constitui um bom exemplo da diversificação das terapias adotadas e das novas competências que são adquiridas pelos doentes podendo, nalguns deles, contribuir para a sua reabilitação profissional.

No seguimento dos novos Protocolos recentemente celebrados com o Ministério da Saúde, esperamos registar um acréscimo de cerca de 20 doentes no internamento e concretizar o Protocolo da Segurança Social para 30 utentes do Centro de Dia para doentes de Alzheimer.

O acréscimo de 20 doentes resulta da substituição da atual Unidade de Cuidados Continuados por um novo Protocolo que prevê o internamento de 30 doentes em regime de residências de apoio máximo e 15 no de apoio moderado.

Com a prevista mudança da Farmácia para o edifício central, prevê-se a implementação neste espaço de uma unidade de internamento de 10 doentes particulares.

Este acréscimo do número dos doentes internados e o aumento da atividade da consulta externa, fruto da aposta em preços mais acessíveis e na divulgação para o exterior, permite nos prever uma melhoria dos resultados de exploração, na senda da recuperação verificada nos últimos anos.

A estes investimentos, necessários para aumento da capacidade de internamento, acresce o da concretização do Projeto de Reabilitação da Quinta, em parceria com a Lipor, procurando transformá-lo num espaço polivalente de intervenção multidisciplinar onde estejam presentes diferentes valências de reabilitação/terapia ocupacional e intervenção comunitária.

A finalização das obras para a implementação deste projeto, que se denominará Parque Avides Moreira, em homenagem ao antigo Provedor recentemente desaparecido, contribuirá, decisivamente, para a abertura da Instituição à cidade e eliminação do estigma do Conde Ferreira em volta do tratamento das doenças do foro mental.

O investimento na remodelação das enfermarias continuará a ser

uma prioridade do CHCF, no sentido de melhorar as condições de funcionamento e de trabalho dos profissionais, tendo em vista um maior conforto e acolhimento dos doentes.

Prevê-se, ainda, a remodelação do edifício central – A5 – para a instalação do Refeitório para os colaboradores, uma Cafeteria para doentes e colaboradores, Vestiário central e novo espaço da Farmácia.

Com a abertura da Quinta, a conclusão da reabilitação dos arruamentos, das enfermarias e dos edifícios das oficinas de terapia ocupacional, bem como a implantação de um novo espaço para a consulta externa junto à nova Portaria do Hospital, relançarão uma nova imagem do CHCF que muito contribuirá para recebermos mais doentes particulares.



## **CENTRO DE REABILITAÇÃO DO NORTE**

Concluída a instalação do CRN, tendo sido possível instalar no Edifício Clássico, os serviços da Segurança Social de doenças incapacitantes, nos anos de contrato de gestão previstos com o Ministério da Saúde, o ano de 2015 será o da afirmação de um centro de referência e de excelência em Portugal.

A Misericórdia do Porto, com larga experiência nas áreas da medicina física e reabilitação, vai continuar a dar atenção à sua ligação com as Universidades, em particular com a Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, possibilitando que o CRN se afirme como um espaço onde a qualidade da sua prática se continue a confundir com a marca da Misericórdia do Porto.

Os investimentos a concluir em 2015 serão sempre resultado da atividade a desenvolver. A comemoração do primeiro aniversário do CRN será um dos pontos altos da SCMP em Fevereiro de 2015.

No último trimestre de 2014, o CRN irá abrir a valência de internamento pediátrico e otimizar a capacidade instalada do internamento de forma ao cumprimento dos objetivos.

A articulação e o envolvimento com os Hospitais Centrais do Porto e de Vila Nova de Gaia, designadamente CHP, HSJ e CHVNG/E, estão perfeitamente constituídos.

O processo de certificação do CRN está em curso, de acordo com o objetivo previsto no Acordo de Gestão. Será dado ainda especial enfoque e realizadas iniciativas junto das unidades funcionais da rede de cuidados primários de saúde de Vila Nova de Gaia, de forma a impulsionar a rede de referenciação de doentes para a consulta do CRN.

A Santa Casa da Misericórdia do Porto continuará racionalmente a concretizar os investimentos e a afetar os diversos recursos necessários ao CRN, de modo aos objetivos e compromissos assumidos perante o Governo Português e o Ministério da Saúde serem cumpridos.

## **SERVIÇOS DE SAÚDE**

Os Serviços de Saúde da Santa Casa vão continuar a desenvolver as suas competências quer no âmbito da medicina curativa e de prevenção quer no âmbito da medicina do trabalho no apoio aos utentes, aposentados da Caixa Privativa, colaboradores efetivos e Irmãos.

A publicação da revista Medicina Social e a realização de jornadas temáticas serão algumas das áreas de inovação destes serviços.

Em 2015 irá também iniciar um Programa de Estagiários Voluntários em Medicina Social para Universitários, no âmbito dos Lares da Santa casa, com estudantes das Faculdades de Medicina do Porto, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Psicologia da Universidade Católica do Porto e Terapia Ocupacional do Instituto Politécnico do Porto.



### III - DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO OPERACIONAL

## 02 - ÁREA SOCIAL E JUVENTUDE

A preocupação de cumprir os princípios assentes nas obras de Misericórdia sempre esteve subjacente na missão da Santa Casa, cujas ações procuram dar resposta às necessidades da sociedade, as quais vão sofrendo transformações ao longo dos tempos, a capacidade de criar respostas inovadoras e de relevância social, tendo sempre em vista o princípio da sustentabilidade.

*Um dos maiores problemas que se coloca na área social tem a ver com um maior enfoque para o combate ao desemprego, problema transversal de um grande número de beneficiários das Respostas Sociais da SCMP, nomeadamente Casas Abrigo, Cantinas Sociais, Centro de Alojamento Social e Habitação Social. Foram delineados projetos de formação para o desenvolvimento de competências pessoais que permitam a integração no mercado de trabalho e iniciativas que promovam sinergias entre o mundo empresarial e os desempregados.*

Após um período de funcionamento experimental próximo de cinco meses, será potenciada a resposta disponibilizada pela Casa Bento XVI, alargando a admissão a situações similares às da Casa de Santo António, estabelecendo parceria com outras Entidades com uma mesma população alvo e casos encaminhados pelo DISG.

No trabalho dirigido à pessoa idosa, as quatro ERPI's (NSM, PL, QM, SL), continuarão a desenvolver os seus serviços com a máxima qualidade no sentido de cada vez mais e melhor promover a comunicação e a interação, a autonomia pessoal, o aumento da autoestima, integração social e o desenvolvimento de um envelhecimento ativo.

Com o objetivo uniformizar as práticas, processos e procedimentos chave que suportam o correto funcionamento do Departamento de Intervenção Social e Gerontológica (DISG) da SCMP e dos Estabelecimentos sobre a sua responsabilidade, foi em parceria com o Gabinete de Auditoria Interna (GAI), pensado e delineado o processo de Certificação de acordo com a ISO 9001

*Com o processo de Certificação da Área Social pretende-se criar um padrão de atuação organizacional, mais evoluído, otimizado e transversal a todos os Estabelecimentos Sociais, com base nas melhores práticas do setor, de forma a assegurar níveis de desempenho organizacional de excelência operacional e de qualidade de serviço, que permitam:*

- *Melhores índices de satisfação interna e externa;*
- *Melhor posicionamento competitivo para as diferentes valências da Área Social;*
- *Melhores respostas sociais e uma maior notoriedade da própria marca SCMP.*

Esta metodologia será desenvolvida em conjunto pelo DISG, que assumirá as funções de gestão do processo de certificação e pelo GAI, através de trabalhos de Auditoria Interna com base em serviços de consultoria.

O projeto abraçará os principais processos organizacionais do DISG e incidirá quer ao nível da estrutura central de gestão da Área Social representada pelo DISG, quer ao nível das diferentes estruturas de gestão afetas aos Estabelecimentos da Área Social e contemplará as iniciativas necessárias para assegurar a conformidade com as melhores práticas na área da Gestão da Qualidade e a consequente Certificação ISO 9001 do DISG e respetivos Estabelecimentos.

O aumento da longevidade como fenómeno biológico, psicológico e social, a que temos assistido, longe de ser acompanhado por um processo de envelhecimento ativo que se pretende, com níveis de bem estar e grau de autonomia positivos, torna-se num caminho percorrido por um número significativo de idosos, que não são capazes no seu meio natural de vida, de cuidar de si próprios e permanecer autónomos.

Na ausência de resposta por parte das famílias, que por várias razões não funciona como retaguarda capaz de um apoio eficaz, o recurso a uma nova Estrutura Residencial de Apoio a Idosos (ERPI), torna-se inevitável.

*Esta Resposta Social, deve assumir-se como uma estrutura humanizada e personalizada, onde toda a intervenção tem como principal alvo os idosos e sua qualidade de vida e passa por proporcionar serviços que potenciem e otimizem as capacidades de cada um, numa dimensão biológica, intelectual e emocional, onde a família e a comunidade têm um papel decisivo.*

Neste sentido serão realizados os estudos prévios que poderão permitir a existência de parcerias com instituições, associações sectoriais e empresas que venham permitir a criação de equipamentos de resposta a muitas destas populações.

No domínio do combate à ausência de habitação a cidade do Porto deve ser capaz de responder a todo tipo de pessoas em situação Sem- Abrigo, de uma forma rápida, próxima e integrada.

Nesse sentido e em colaboração com a Câmara Municipal do Porto e a Segurança Social vamos procurar manter no âmbito da comissão de ação local, a definição de programas integrados de avaliação deste flagelo, criando uma resposta inovadora de apartamentos de apoio e transição a resultar da recuperação do antigo Bairro das Artes Gráficas.

*O Centro de Alojamento Social D. Manuel Martins (CAS) continuará a ser uma resposta social inovadora, destinada ao acolhimento urgente e temporário de indivíduos adultos ou famílias em situação de desabrigo e é já uma referência nacional cujo modelo está a ser replicado no país.*

Outro reforço tem a ver com a preocupação em minorar e prevenir as consequências do isolamento e solidão, de uma forma sustentada, com um aumento do número de beneficiários do programa Chave de Afetos e do serviço de voluntariado, alargando o tipo de respostas necessárias.

Estamos convictos que com o desenvolvimento de uma metodologia de qualidade e de abertura inovadora de equipamentos, a Área Social manterá sua resposta pronta a muitos dos que nos procuram e continuará a auxiliar muitas pessoas que vivem na nossa comunidade interligando com as mais variadas parcerias institucionais.



## COLÉGIO DO BARÃO DE NOVA SINTRA

O Colégio Barão de Nova Sintra constitui um exemplo da presença da Santa Casa da Misericórdia do Porto, desde o século XIX, no apoio às crianças e aos jovens cuja infância e adolescência sofreu um processo complicado de integração social e familiar.

As crianças em risco têm merecido da nossa instituição respostas sempre inovadoras.

Os apartamentos de transição Manuel Ramos, para os maiores de 16 anos, são um bom exemplo dessa inovação social.

A área do ensino e de aprendizagem assume-se num trabalho diário intenso, de forma a promovermos o desenvolvimento de capacidades pessoais e intelectuais com vista ao sucesso académico. Nesta área contamos ainda com o voluntariado de um professor na área da Educação Especial, que presta apoio pedagógico às crianças e jovens com mais dificuldades de aprendizagem.

Este esforço associado à profunda reabilitação física que o Barão de Nova Sintra sofreu tem permitido manter a liderança neste domínio da Santa Casa do apoio à juventude.





### III - DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO OPERACIONAL

### 03 - ÁREA DA EDUCAÇÃO

#### COLÉGIO DE NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA

*O Colégio Nossa Senhora da Esperança continua a ser uma referência na educação, na cidade do Porto, afirmando a sua tradição de ensino de muitas gerações de crianças e jovens.*

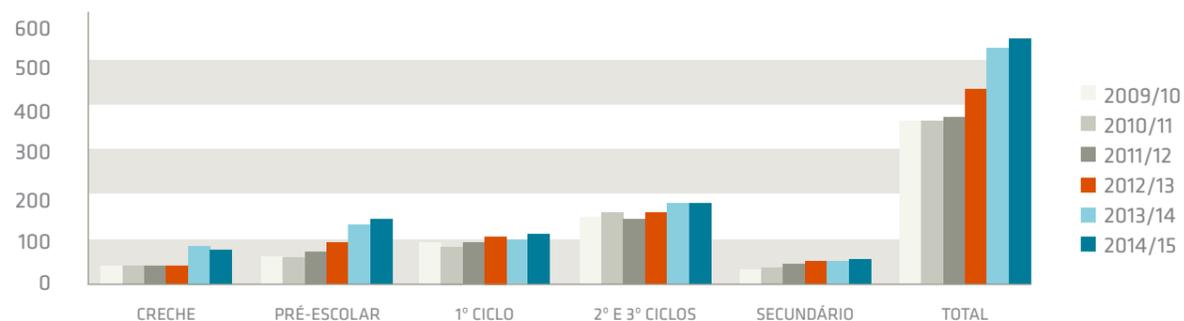
Assumindo a sua preocupação em prestar uma educação e um ensino de qualidade, o Colégio foi objeto de uma profunda intervenção na sua reabilitação e na criação de condições pedagógicas.

Os números dos alunos matriculados, pese embora a situação de debilidade financeira de muitas famílias, tem permitido ao Colégio dar uma resposta muito eficaz no panorama local.

A articulação, cada vez mais evidente, entre o Colégio e as restantes estabelecimentos da Santa Casa, tem permitido um reforço e a criação de novos serviços educativos e pedagógicos.

A variação de alunos, entre os anos letivos de 2009/2011 e 2014/2015, foi positiva como atesta o quadro seguinte.

	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	VARIAÇÃO
CRECHE	37	40	39	40	83	79	-5%
PRÉ-ESCOLAR	61	58	68	92	135	145	+8%
1º CICLO	93	81	90	107	98	109	+11%
2º E 3º CICLOS	149	161	147	161	180	181	=
SECUNDÁRIO	33	36	43	49	49	53	+8%
	373	376	387	449	545	568	+4%



A evolução do número de alunos nos ensinos básico e secundário deverá ainda ser analisada à luz do número de turmas constituídas, tendo ainda como referência a capacidade do estabelecimento.

	2011/12	ALUNOS/ TURMA	2012/13	ALUNOS/ TURMA	2013/14	ALUNOS/ TURMA	20134/15	ALUNOS/ TURMA	CAPACIDADE
1º CICLO	90	18,0	107	21,4	98	19,6	109	18,2	150
2º E 3º CICLOS	147	18,4	161	17,9	180	20	181	20	224
SECUNDÁRIO	43	14,3	49	16,3	49	16,3	53	17,7	96
	280	17,5	317	18,6	326	19,2	343	19,1	470

Atingir os objetivos enunciados, nomeadamente no que concerne à gestão dos recursos disponíveis, continua a implicar um crescimento substancial das receitas. O aumento do número de alunos terá que fazer-se procurando a constituição de turmas maiores, rentabilizando os mesmos recursos humanos.

Os dois módulos de creche estão praticamente no máximo da sua lotação. O pré-escolar já tem em funcionamento seis salas de atividades, praticamente com 100% da capacidade instalada. Com o acréscimo de alunos na educação pré-escolar, tal como sucedeu no presente ano letivo, prevê-se que, no ano letivo 2015/2016, possamos atingir os 120 alunos no 1.º ciclo, correspondente a mais um crescimento de cerca de 8%. Ao nível dos 2.º e 3.º ciclos, mantém-se uma linha ascendente, nomeadamente no 5.º ano, o nível mais procurado. No ensino secundário verifica-se um ligeiro crescimento, patamar para o qual se procurarão novas respostas.

*O investimento efetuado nas instalações no CNSE e nos seus recursos humanos permitiu, hoje, recolocar o colégio entre os estabelecimentos que melhores condições oferece, nomeadamente na estabilidade do seu corpo docente.* Desta forma, potenciando as condições criadas, no ano 2015, a par da divulgação “boca a boca”, feita pelos encarregados de educação, conceber-se-ão materiais publicitários que possam dar a conhecer a oferta do colégio noutros espaços, nomeadamente em todo o universo da SCMP e, em particular, nas unidades com maior potencial de atrair clientes.

**A qualidade do serviço prestado é o aspeto mais importante para a atração de alunos.**

Iniciar-se-á um estudo que visa criar protocolos de cooperação com o ensino universitário público e/ou privado e o ensino politécnico.

O crescimento de massa crítica é fundamental para o desenvolvimento do ensino no Colégio. Neste sentido, será efetuado o estudo da viabilidade de implementação do ensino profissional com cursos em áreas úteis ao campo de atuação da SCMP.

As atividades desenvolvidas no Colégio de Nossa Senhora da Esperança visam a concretização da missão do estabelecimento, cumprindo com as obrigações perante os seus utentes e alunos.

Procurando a sustentabilidade financeira por via do crescimento, da redução da despesa e da eficácia dos seus serviços, a evolução em cada uma das áreas atrás expostas visa a prossecução dos referidos desideratos.

No ano de 2015, o Colégio observará a última fase de intervenção física. O denominado edifício antigo, na ala poente, comportará um novo núcleo museológico, composto pela Igreja do Colégio e vários espaços de exposição, complementado ainda por um pequeno auditório.

### III - DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO OPERACIONAL

#### 04 - ÁREA DO ENSINO ESPECIAL

## CENTRO INTEGRADO DE APOIO À DEFICIÊNCIA

INSTITUTO S.MANUEL E INSTITUTO ARAÚJO PORTO

A implementação de um sistema de Gestão de Qualidade, em finais de 2013, veio revelar-se determinante para a vida organizacional do Centro Integrado de Apoio à Deficiência (CIAD). A materialização de objetivos estruturantes e funcionais permitiram que o CIAD assumisse objetivos ambiciosos para o futuro.

O ano de 2014 veio, rapidamente, concretizar a capacidade de intervenção renovada do CIAD em materializar um conjunto de objetivos estruturantes e a este processo não terá sido alheio salientar a importância do CIAD, para o setor da deficiência e incapacidade na área geográfica do grande Porto, criando condições para uma renovação de fundo a nível humano e material.

*Este processo de reinvenção institucional conduziu a um aumento de 200% na capacidade do Centro de Atividades Ocupacionais (CAO), tendo o CIAD absorvido os clientes de dois CAO da Segurança Social (CAO de Latino Coelho e CAO de Costa Cabral), cujos serviços necessitaram de ser extintos por parte do Ministério da Solidariedade e Segurança Social.*

Complementarmente, houve uma reconversão da resposta Lar de Apoio em Lar Residencial, o que permitiu que o CIAD passasse a dar resposta de acolhimento também aos fins-de-semana, assumindo, agora, uma resposta de 365 dias/ano, há muito consideradas necessidades fundamentais para esta população. Estas alterações ocorridas nos primeiros seis meses do ano, inevitavelmente, implicaram que o segundo semestre de 2014 fosse dedicado à estabilização de rotinas e metodologias.

*Como consequência das profundas mudanças operadas em 2014/2015, será, inevitavelmente, um ano de consolidação institucional, sendo o plano de atividades um instrumento que visa operacionalizar um conjunto de objetivos que, almejando a estabilização das mudanças efetivadas, concorram para tornar o CIAD, crescentemente mais inovador e autossustentado, tornando-o numa instituição de referência nacional na área da deficiência e incapacidade.*

Encontramo-nos conscientes do atual contexto social, político e económico. Contudo, cremos que foram desenvolvidos esforços ao nível das decisões estratégicas e de contratação que visaram otimizar o trabalho feito pelo CIAD, alargando os colaboradores a um mínimo necessário, por forma a se fazer mais e melhor com um reforço mínimo. A área de intervenção social da deficiência e incapacidade nunca será uma área de controlo financeiro otimizado. Contudo, acreditamos que poderemos contribuir positivamente para um equilíbrio gradual de contas recorrendo a estratégias que tornem o cidadão com deficiência e incapacidade num elemento ativo e produtivo.

A ligação ao mercado (social e económico) surgirá de forma mais natural, com evidentes retornos para o próprio e para a Instituição que um conjunto de atividades e serviços podem potenciar como:

- Providenciar serviços e atividades de excelência que auxiliem na promoção da qualidade de vida dos nossos clientes, com recurso a colaboradores com formação direcionada para as necessidades especiais nas áreas académicas, da comunicação, sociais, do conhecimento, da socialização e da autonomia e desenvolvimento pessoal;
- Garantir as taxas de ocupação máximas em cada valência.
- Potencializar o Centro de Terapia Ocupacional – Nuno Lacerda.
- Garantir a renovação da certificação EQUASS Assurance.
- Desenvolver a marca comercial DIVERCIAD que abarque diferentes produtos elaborados pelos clientes do CIAD e que possam ser vendáveis na comunidade.

- Conceber e implementar novos projetos de inovação e empreendedorismo social, através de parcerias com instituições/entidades de referência local e nacional, de forma a promover uma maior participação e inclusão social dos nossos clientes.

- Realizar atividades/iniciativas com uma dupla finalidade: a) A mudança da representação social da comunidade em relação à população com deficiência e incapacidade e b) angariação de fundos para a sustentabilidade de projetos internos do CIAD.

- Realocar o Centro Professor Albuquerque e Castro – Imprensa Braille para novas instalações que permitam uma maior otimização e evidenciação do trabalho único aí efetuado.

*A materialização destes objetivos ajudarão o CIAD a consolidar a sua posição de instituição crescentemente interventiva e de valor acrescentado na área da deficiência e incapacidade mantendo a sua tradição histórica de equipamento de referência para a deficiência em Portugal.*





### **III - DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO OPERACIONAL**

## **05 - ÁREA DA AGRICULTURA**

### **QUINTA D'ALVA**

Todas as atividades desenvolvidas são parte integrante de uma análise de custo-benefício, no sentido de promover a rentabilização da Quinta D'Alva, o que poderá ser confrontado futuramente com o plano estratégico onde consta a demonstração de resultados e análise de custo-benefício.

As modificações ao nível da forma como executar e planear os trabalhos a desenvolver é fulcral para a persecução dos objetivos, apesar da agricultura, em Portugal, continuar a ser algo inconstante a todos os níveis.

Num esforço sustentado de procurar dotar a Quinta D'Alva de mecanismos de auto-sustentabilidade, o desenvolvimento do plano estratégico para 2015 implicará a definição de princípios para as várias culturas.

*Visando a rentabilização do Lagar de Azeite, iremos fazer a produção de dois tipos de azeite, de modo a melhorar os investimentos efetuados no mesmo.*

Irã ser feito o aproveitamento da azeitona que apresente calibres superiores a quatrocentos e vinte frutos e que o valor comercial é muito reduzido.

*No domínio do turismo de habitação e promoção da Quinta D'Alva, será retomado os programas de dormidas e de alimentação a Irmãos e aos Membros da Santa Casa da Misericórdia do Porto.*

*Este esforço será acompanhado por programas de promoção da Quinta junto de comunidades profissionais estrangeiras e nacionais, potencializando o quadro de acolhimento e de divulgação dos produtos locais com a confeção de compotas, licores, embalamento de chás, transformação da amêndoa e confeção de frutas em calda, além do azeite e do vinho produzidos.*

A Quinta D' Alva, graças aos investimentos realizados, apresenta-se como uma unidade de referência no Douro internacional, cujo aumento da sua competitividade estratégica será uma aposta da Mesa Administrativa.



### **III - DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO OPERACIONAL**

#### **06 - ÁREA DO CULTO E CULTURA**

##### **CASA DA PRELADA**

*D. FRANCISCO DE NORONHA E MENEZES*

*A Casa da Prelada representa, hoje, um dos mais significativos equipamentos culturais da cidade do Porto.*

Concluído o investimento nas fases um e dois, tendo sido, de novo, efetuada uma candidatura ao QREN, no sentido de obter algum apoio de fundos comunitários para o efeito, será realizada a fase três de conclusão dos jardins até à VCI.

*Os jardins que se irão denominar "Jardins das Quatro Estações" serão o corolário lógico do desenvolvimento de toda a Casa cuja principal missão é ser a Biblioteca e o Arquivo Histórico da Santa Casa.*

Os jardins recuperarão as camélias do Porto e serão divididos por uma peça escultória enquadradora.

A criação do centro interpretativo "Nicolau Nasoni" vai permitir recolher informação sobre este famoso arquiteto, o primeiro da Escola do Porto, cuja figura está intimamente ligada à cidade e à Misericórdia do Porto.

Continuarão as atividades lúdicas, recreativas e culturais, que o programa do Serviço Educativo vai continuar a divulgar junto da comunidade.



## **MMIPO**

### **MUSEU DA MISERICÓRDIA DO PORTO**

*A inauguração do Museu da Misericórdia do Porto, em 14 de março de 2015, será um momento de referência na História da nossa Irmandade.*

Nessa data, prevemos estar concluída a primeira fase do MMIPO e ser lançada a segunda fase, que passará pela recuperação e pela abertura do restaurante do museu. O sonho do Conde de Samodães pode, assim, cumprir-se, no momento da comemoração dos 516 anos da nossa Instituição.

Prosseguirá a atividade editorial com a publicação de estudos de qualidade comprovada sobre a SCMP e os seus estabelecimentos. Merecerá especial atenção a publicação das Atas do III Congresso de História da Santa Casa da Misericórdia do Porto. Continuará a acompanhar-se, com muita atenção, a preparação da obra em 4 volumes da História da Santa Casa da Misericórdia do Porto, cujo lançamento se fará no outono de 2016.



### **III - DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO OPERACIONAL**

#### **07 - ÁREA DO AMBIENTE**

##### **PARQUE DA PRELADA SOLIDARIEDADE COM A NATUREZA**

O Parque da Prelada tem sido, nos últimos tempos, objeto de intervenções pontuais, no sentido de preservar a sua imensa flora natural ali existente e, ao mesmo tempo, foi necessário aguardar pela saída dos agricultores ali instalados (na zona permutada com a CMP.)

Existe já um acordo com o Exército (Regimento de Engenharia de Espinho), no sentido de proceder à desmatagem de toda a Quinta, para se poder intervir na mesma para a sua reabilitação.

Temos discutido com a Câmara Municipal do Porto a possibilidade de reconversão de todo o parque, para nele ali instalar áreas vocacionadas com a cultura, o ambiente e o desporto.

Neste domínio, o protocolo com o Sport Clube do Porto vai permitir potencializar uma das áreas do parque e consolidar o Plano Diretor, cuja estratégia visa manter a assinatura de solidariedade com a natureza.

Não deixamos de afirmar que é um processo complexo que exige atenção na sua concretização, de modo a valorizar todo o legado de Nasoni.

A própria ligação entre a Casa e o Parque está a ser equacionada, não só pelo aproveitamento da passagem subterrânea, como pela possibilidade de ser criada uma ponte pedonal que ligue os dois lados da Prelada.



### III - DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO OPERACIONAL

## 08 - ÁREA DOS RECURSOS HUMANOS

Na senda da evolução das transformações organizacionais que têm vindo a ser implementadas na Instituição, o ano de 2015 constituirá mais um passo de maturação e consolidação do esforço de centralização de serviços, e consequente uniformização de procedimentos, em ordem à obtenção de maior eficiência com consequentes ganhos de produtividade, assim como a sedimentação de mecanismos organizacionais plasmados nos Regulamentos Internos institucionais.

Após a uniformização de ferramentas estruturais- GIAF e Portal do Colaborador-, componentes axiais da atividade do Departamento, impõe-se a uniformização procedimental, isto é, a criação de processos transversais a toda a Instituição, que garantam uniformidade de tratamento e gestão das múltiplas questões constituintes da atividade do mesmo.

*A área da Formação constituirá também uma forte aposta institucional, na sequência da elaboração de um documento denominado " POLÍTICA DE FORMAÇÃO DA SCMP", definidor das linhas gerais de ação e respetivas orientações da Formação Profissional da SCMP. A Formação Profissional tem que ser encarada no contexto organizacional, e considerada como um investimento produtivo, requerendo, assim, envolvimento e participação pró-ativa transversal de todos os "atores" institucionais.*

Em função dos objetivos da atividade da Instituição, deveremos projetar as necessidades futuras de recursos humanos, o capital social da nossa Instituição, dando especial atenção a:

- Detecção de potenciais redundâncias e avaliação das possibilidades de reconversão;
- Definição das necessidades de formação;
- Avaliação do impacto de novas tecnologias;
- Avaliação do impacto de formas diferentes de organização do trabalho, designadamente a polivalência;
- Consideração de elementos extrínsecos ligados à envolvente e portanto subtraídos ao controle da Instituição;
- Implementação do outsourcing em certas áreas.

Nesta conformidade, e para a prossecução dos princípios acima enunciados, iremos desenvolver um conjunto de ações integradas como:

- *Alargamento do Sistema de Avaliação de Desempenho, abrangendo todos os colaboradores da Instituição*
- *Elaboração de Plano de Formação*
- *Certificação (renovação da acreditação) pela DGERT, enquanto entidade formadora*
- *Incremento da Formação Interna*
- *Constituição de uma carteira de competências/saberes com vista a:*
  - 1-adequar as suas competências às necessidades atuais e previsíveis da Instituição
  - 2-promover o autodesenvolvimento e motivação
  - 3-transmissão e enriquecimento da cultura organizacional
- *Manutenção da política de mobilidade interna com vista à rentabilização dos Recursos Humanos da Instituição*
- *Aprofundamento do processo de centralização dos vários Serviços de Recursos Humanos*
- *Revisão e uniformização dos procedimentos organizacionais*



1. Rua Cândido dos Reis, nº 133

### III - DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO OPERACIONAL

## 09 - ÁREA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E PATRIMONIAL

O ano de 2015 será o primeiro de implementação do programa 2020 sobre a reabilitação urbana. Em parceria com a SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana e a Câmara Municipal do Porto, a Misericórdia vai desenvolver um programa de consolidação e desenvolvimento estratégico para a recuperação do nosso património de rendimento situado na zona histórica da cidade.

Aproveitando a onda de euforia em volta da baixa do Porto, este é o momento apropriado para o lançamento deste programa que está dividido em 5 fases, correspondendo cada uma a um ano de exercício.

A celebração de um Protocolo com a SRU e com o IHRU, no sentido de nos candidatar-mos a fundos europeus próprios, será um dos instrumentos de implementação deste programa.

*O vasto património da Misericórdia, sendo maioritariamente localizado no centro da cidade do Porto, reúne as condições certas para utilizar os incentivos públicos destinados à área da reabilitação. Nesse sentido, a instituição realizou já uma exaustiva avaliação dos edifícios que considera de intervenção prioritária.*

Esta avaliação resultou na elaboração de uma listagem que identifica os projetos/obras que serão desenvolvidos, preservando valores culturais, de proteção ambiental e com vantagens económicas

### REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIOS PARA 2015

1. Rua Cândido dos Reis, nº 133
2. Rua das Flores, nº 83/87
3. Rua Chã, nº 66
4. Rua Chã, nº 99/102
5. Rua do Loureiro, nº 86/88
6. Largo da Ramadinha nº 79
7. Rua de Trás nº 66/67
8. Rua de São Miguel nº 38/40
9. Reabilitação da Fachada do Luso
10. Rua das Restauração, nº 133

3. Rua Chã, nº 66



4. Rua Chã, nº 99/102



5. Rua do Loureiro, nº 86/88



6. Largo da Ramadinha nº 79



7. Rua de Trás nº 66/67



8. Rua de São Miguel nº 38/40



9. Reabilitação da Fachada do Luso



10. Rua das Restauração, nº 133



2. Rua das Flores, nº 83/87

# AUTORIZAÇÃO DE VENDA, COMPRA OU PERMUTA

## DE TODAS AS SITUAÇÕES EM COMPROPRIEDADE NO QUADRO DO ARTIGO 41º DO COMPROMISSO

Mantendo uma posição de avaliação estratégica do património imobiliário e de rendimento, parece cada vez mais oportuno ultrapassar situações de compropriedade patrimonial. Tal situação justifica-se pela falta, muitas vezes, de meios dos outros comproprietários. Nesse sentido, gostaríamos de manter as autorizações já concedidas pela Assembleia Geral e alargar ainda às seguintes conforme o quadro anexo.

MORADA	TITULARES		
Rua Fonte do Outeiro, 189/191	<i>Santa Casa da Misericórdia - 1/2</i> <i>Provincia Portug. Francisc. Missionárias de Nª Senhora - 1/2</i>	Rua Dr. Júlio de Matos, 113 - R/C - Hab.1 Rua Dr. Júlio de Matos, 113 - 1º - Hab. 1 e 2 Rua Dr. Júlio de Matos, 113 - 3º - Hab.3 e 4	<i>Santa Casa da Misericórdia - 1/3</i> <i>Irmãos Barros - 2/3</i>
Rua Fonte do Outeiro, 193/195	<i>Santa Casa da Misericórdia - 1/2</i> <i>Provincia Portug. Francisc. Missionárias de Nª Senhora - 1/2</i>	Bouça do Monte - Lugar de Lamas	<i>Santa Casa da Misericórdia - 1/3</i> <i>Irmãos Barros - 2/3</i>
Lugar de Burreles - Ribeiro da Cal	<i>Santa Casa da Misericórdia - 1/2</i> <i>Serafim Martins Duarte - 1/2</i>	Rua Fonte do Outeiro, 197 (existiam 20 casas que já foram demolidas)	<i>Santa Casa da Misericórdia - 1/2</i> <i>Provincia Portug. Francisc. Missionárias de Nª Senhora - 1/2</i>
Lugar de Burreles - Ribeiro da Cal	<i>Santa Casa da Misericórdia - 1/2</i> <i>Serafim Martins Duarte - 1/2</i>	Rua da Fábrica, 22 - 24	<i>Santa Casa da Misericórdia - 1/4</i> <i>Irmadade de Nossa Senhora da Lapa - 1/4</i> <i>Liga Portuguesa Contra o Cancro - Norte - 1/4</i> <i>Conferência de São Vicente de Paulo - 1/4</i>
Lugar de Burreles - Ribeiro da Cal	<i>Santa Casa da Misericórdia - 1/2</i> <i>Serafim Martins Duarte - 1/2</i>	Rua de S. Roque da Lameira, 720 Rua de S. Roque da Lameira, 722 Rua de S. Roque da Lameira, 1883 Travessa da Maceda, 53 Rua Navas de Tolosa, 36-42 Rua Navas de Tolosa, 46-50 Rua de Gomes Leal - Terreno Rua Egas Moniz, 273-275	<i>Santa Casa da Misericórdia do Porto - 1/4</i> <i>Associação Protetora da Infância - 1/4</i> <i>Lar do Comércio - 1/4</i> <i>Assistência aos Tuberculosos do Norte de Portugal - 1/4</i>
Rua 9 de Julho, 204 - R/C Rua 9 de Julho, 210 - R/C com Habitação Rua 9 de Julho, 212 / 214 - R/C com Habitação Rua 9 de Julho, 218 - R/C	<i>Santa Casa da Misericórdia do Porto - 1/4</i> <i>Instituto Profissional do Terço - 1/4</i> <i>Oficina S. José - 1/4</i>		
Rua Fonte do Outeiro / Campo F. Outeiro	<i>Santa Casa da Misericórdia - 1/2</i> <i>Provincia Portug. Francisc. Missionárias de Nª Senhora - 1/2</i>		
Rua Fonte do Outeiro, 115	<i>Santa Casa da Misericórdia - 1/3</i> <i>Irmãos Barros - 2/3</i>		

# AUTORIZAÇÃO JÁ CONCEDIDA DE VENDA

## DO TERRENO ONDE ESTÁ INSTALADO O CAMPO DO SENHORA DA HORA

Desde 1967 que existe uma situação de contencioso com o Sport Clube Senhora da Hora. Tal situação, que se arrasta há quase 50 anos, urge uma solução, até porque aquele ativo nada rende à SCMP desde aquela data.

Já na Mesa Administrativa passada foi iniciado um processo negocial com a Câmara Municipal de Matosinhos, com vista a se encontrar uma solução. Solução essa que poderia passar por uma permuta entre as duas entidades.

Acontece que, ainda recentemente, a Câmara de Matosinhos tem procurado obter o consentimento da Misericórdia do Porto para uma permuta, envolvendo um complexo dirigido ao acolhimento de pessoas idosas. Tal complexo está situado junto à cidade do Porto (Amial) e está em fase de acabamentos, faltando ainda concluir e equipar o mesmo.

A Mesa Administrativa ficara mandatada para concluir este processo, desde que fiquem acautelados os nossos interesses e a sustentabilidade do projeto.

## INVESTIMENTOS

### NO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, CULTURAL E OPERACIONAL

Além das atividades inerentes ao cumprimento do plano de manutenção anual de todo o nosso património, será de salientar o esforço a realizar no âmbito do património histórico/cultural e operacional.

No património histórico/cultural gostaríamos de destacar, independentemente das referências feitas em sede própria, a abertura do MMIPO – Museu da Misericórdia do Porto – Conde de Samodães, prevista a sua inauguração para o dia do 516º aniversário – 14 de março de 2015 –, potencializando a existência de uma nova receita e aproveitando o esforço de reabilitação da baixa da cidade, cuja maior expressão pode ser encontrada na renovada Rua das Flores.

No património operacional duas iniciativas merecem particular destaque. Desde logo a intervenção no Lar da Quinta Marinho - Jorge Calheiros, reabilitando aquele equipamento e aumentando a sua capacidade de acolhimento na conclusão de um ciclo onde todos os estabelecimentos foram objeto de profunda intervenção.

A recuperação do Palacete de Araújo Porto, que irá permitir a instalação dos modernos Departamentos Centrais, que a Misericórdia do Porto e a sua estrutura administrativa há muito tempo vem a reclamar. Este processo deverá estar concluído e inaugurado em 14 de março de 2016, coincidindo, assim, com o 517º aniversário da Misericórdia do Porto.

## CENTRAL DE COMPRAS

### APROVISIONAMENTO

Dando seguimento ao trabalho desenvolvido, a centralização continuará a crescer, prevendo-se uma maior transversalidade no universo da SCMP, englobando áreas que até agora ainda não tinham sido abrangidas de forma plena, como sejam as das Unidades Operacionais de Saúde.

Assim, pretende-se atingir a consolidação da centralização de compras, contando com o apoio do estudo que está a ser desenvolvido pela PricewaterhouseCoopers (PwC), sobre a Otimização dos Processos, para a reestruturação da Central de Compras, de forma a poder ser dada uma resposta cada vez mais eficaz e eficiente às compras a realizar.

As economias de escala obtidas com a centralização das compras são já inequívocas e de clara importância para a SCMP, pelo que objetiva-se a continuação do lançamento de procedimentos centralizados, a busca de novos fornecedores ou até mesmo o alargamento das áreas de outsourcing (sempre que se justificar), tendo sempre em vista a obtenção de poupanças significativas para a SCMP.

## EXPEDIENTE GERAL

Sendo o Arquivo Geral o “fiel depositário” de muitos documentos de superior interesse para a Instituição (atas, escrituras, processos de herança e a mais variada documentação relacionada com o património imobiliário, Cemitério Privativo e Irmandade), seria de toda a importância a sua digitalização, por forma a mantê-los em segurança.

A digitalização dos documentos, não é mais do que o processo da sua conversão física em formato digital, cujas vantagens/benefícios são evidentes, desde logo pela proteção do arquivo estrutural de uma eventual situação de catástrofe.

O património documental é uma herança escrita deixada à humanidade, trazendo a história de todo um passado que é importante para compreendermos o presente e antecipar o futuro.

## ATUALIZAÇÃO DE RENDAS

### NRAU

Na sequência do trabalho que tem vindo a ser realizado nos anos anteriores, é necessário continuar com o processo, atualizando alguns contratos que, por diversas razões, não foi possível proceder, fazendo a manutenção, durante os próximos 3 anos das atualizações já efetivadas e, ainda, adequar todo o referido processo às alterações legislativas que estão a ser preparadas pelo Governo.

## III - DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO OPERACIONAL

## 10 - ÁREA DA CONTABILIDADE E DAS FINANÇAS

*O Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF) tem como objetivo para 2015 consolidar a reestruturação orgânica.*

Esta reestruturação assentou na divisão do departamento em áreas específicas como Contabilidade e Fiscalidade | Contas a Pagar | Contas a Receber | Tesouraria | Faturação | Controlo de Gestão | Seguros.

O princípio subjacente a este enquadramento foi o da especialização de processos, tendo presente a necessidade da existência da segregação de funções que a dimensão da SCMP e a diversidade da sua atividade operacional justificam.

O processo em curso de centralização Serviços Partilhados e Corporativos da SCMP concorreu, em paralelo, para que essa especialização de tarefas fosse implementada e para uma significativa economia de escala e de recursos financeiros e humanos.

Para além das tarefas já indicadas, é propósito repensar a reestruturação da aplicação informática, que lhe serve de ferramenta suporte cujo desiderato terá de evoluir numa primeira fase com um estudo apurado junto do nosso parceiro informático, por forma a assegurar a conversão, que se pretende implementada em 2016, dentro dos parâmetros de qualidade que uma tarefa desta obriga.

Em simultâneo, propõe-se encetar um estudo pormenorizado que permita implementar um quadro de custeio da SCMP, que permita avaliar a todo o momento as contas de exploração das Unidades de Exploração/Centro de Resultados/Valências.

A SCMP necessita, com elevado grau de exigência, de aferir a exploração de cada atividade, sendo para isso fundamental adequar os critérios de imputação de custos/proveitos, de modo a que se conheça o resultado económico e respetivo retorno financeiro de cada atividade operacional em exercício.



### **III - DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO OPERACIONAL**

## **11- ÁREA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

A SCMP e as organizações vivem um período de acelerada mudança e é crescente o valor atribuído à gestão por processos como forma a adotar uma nova abordagem para a compreensão do ambiente externo e o seu impacto atual e futuro na SCMP.

*As alterações produzidas pelas SI/TIC estão a conduzir a uma transformação da experiência humana nas formas com as pessoas se relacionam e trabalham. Estas alterações fomentam a necessidade de estruturação contínua das operações para garantir a capacidade de resposta competitiva das áreas de negócio e atuação da SCMP.*

Os produtos e os processos internos disponibilizados pelo universo dos estabelecimentos da SCMP, apresentam necessidades de resposta mais ágeis pela sua complexidade com tempos de desenvolvimento e exigências de implementação mais curtos sendo fundamental que se adotem soluções integradas e eficientes.

*O Departamento de Sistemas de Informação da SCMP tem vindo a desempenhar um papel relevante no processo de inovação da SCMP, sendo este um dos aspetos principais para alavancar e retornar valor ao investimento a realizar na área da SI/TIC.*

A adesão à 3ª Plataforma Tecnológica, com recurso às tecnologias de cloud computing, social business mobilidade e big data/análítica de negócio, será estrategicamente fundamental para manter a inovação no negócio, desenvolvendo novas soluções sectoriais com capacidade de dar resposta interna e externa bem como garantir a gestão operacional com eficiência e eficácia. Desta forma será possível garantir que a SCMP manterá a capacidade de inovar nomeadamente no modo como interagem com os clientes, aumentando a sua capacidade de distribuição de produtos e serviços, a segurança das suas operações e a resiliência às alterações do mercado.



Terceira Plataforma Tecnológica - Fonte: DC, 2014

O DSI irá gerir, para a área das SI/TIC, de um modo controlado um período de descompressão e consolidação, organizacional e tecnológica, de forma a garantir níveis de estabilidade e confiança, permitindo o desenvolvimento de um novo ciclo de evolução e gestão dos SI/TIC, com foco na expansão da sua maturidade, abrangência e qualidade.

As iniciativas a desenvolver terão como objetivo a conclusão, estabilização e consolidação dos projetos em curso, bem como a recuperação e execução de alguns projetos TI, considerados fundamentais e basilares, para o crescimento sustentado dos SI/TIC que suportam a atividade das diferentes áreas de atuação da SCMP.

Neste contexto, e num cenário em que a constante evolução e inovação tecnológica que caracteriza os mercados TI, bem como a multidisciplinaridade de domínios técnicos específicos existentes, apontam para a necessidade, de cada vez mais, colocar ênfase na gestão das TI e considerar todas as componentes relevantes na área de atuação das TI, pressupondo a aposta na implementação das "Best Practices" estabelecidas para a área, nomeadamente considerando as frameworks e os mecanismos mais adotados e comumente aceites, perfeitamente mapeáveis para o modelo de IT Governance da SCMP



Modelo de IT Governance SCMP

Neste contexto, grande parte do esforço e recursos TI, serão canalizados e encaminhados para iniciativas TI na área da segurança, integração, unificação e consolidação dos diferentes componentes da infraestrutura TI e do portfólio aplicacional. No que concerne às iniciativas TI a desenvolver, para além do atual portfólio de projetos, que atualmente decorrem, pretendemos desenvolver diversas atividades de reforço e otimização, quer ao nível da infraestrutura tecnológica, quer ao nível do portfólio aplicacional em todas as áreas de negócio da SCMP.

Ao Nível da Infraestrutura Tecnológica iremos assentar num conjunto de princípios operacionais a nossa atuação:

- a) Otimização da Infraestrutura TIC da SCMP
- b) Desenvolvimento de Plano de Recuperação de Desastres e Continuidade do Negócio (BCP-DRP)
- c) Integração e Interoperabilidade dos sistemas aplicacionais SCMP
- d) Gestão Documental

No que concerne ao Portefolio Aplicacional foram definidos projetos que irão reforçar, consolidar e otimizar os SI/TIC nas diversas áreas de negócio, sendo que consideramos importante e fundamental a realização dos seguintes:

### OTIMIZAÇÃO DA ÁREA DA SAÚDE NO CICLO DE GESTÃO DE DOENTES

#### A) MÓDULO APLICACIONAL PARA CENTRO DE DIA DE ALZHEIMER

Projeto com o objetivo de implementar solução TI, que irá disponibilizar uma ferramenta em tempo real, para registo e gestão de toda a informação administrativa nomeadamente na resposta eficaz às necessidades inerentes ao Centro de Dia de Alzheimer do SCMP-CHCF.

#### B) IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÃO INFORMÁTICA PARA GESTÃO DE VISITAS

Pretende-se implementar solução que permita definir e melhorar o processo de gestão de fluxo de visitas nas SCMP-UOS, obtendo eventuais indicadores de quem visita, quais os propósitos e em que períodos do dia existem mais visitas, agilizando o processo administrativo, introduzindo métodos que resultam num funcionamento mais eficaz, disponibilizando a entidades e visitantes informação de orientação dentro da SCMP-UOS.

#### C) IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA GESTÃO DE FILAS ESPERA

O Projeto incide na implementação da funcionalidade de admissão e pagamento por parte dos utentes em quiosques de admissão. Após o atendimento e pagamento nos quiosques, este procederá a uma admissão automática do utente na Gestão de Doentes e execução do pagamento mas manter-se-á o fluxo de deslocação do utente ao balcão e todo o restante processo de atendimento, tal como ocorre atualmente.

#### D) IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÃO INFORMÁTICA PARA MFR - AMBULATÓRIO (FASE III)

Projeto que visa dar resposta a um conjunto de necessidades e requisitos típicos das UOS-SCMP, ligadas à prestação de cuidados de saúde com maior foco na valência de Medicina Física e Reabilitação (Ambulatório | Internamento), proporcionando um sistema integrado, eficiente e completo para a gestão da informação e coordenação das operações, centralizado no utente e na unificação da sua informação, possibilitando o seu registo de forma exaustiva.

Serão linhas orientadoras:  
 MODELO PAPER-FREE-HOSPITAL  
 INTEROPERABILIDADE

### OTIMIZAÇÃO CICLO DE GESTÃO ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E HOTELEIRO DA SCMP

#### REGISTO DE CONSUMOS E MODELO DE DISTRIBUIÇÃO LOGÍSTICA

Projeto que tem por objetivo otimizar o atual sistema aplicacional da Logística Hospitalar de suporte a uma informação completa sobre o produto, registando todo o seu ciclo, desde a geração da necessidade até ao consumo, gerindo os processos de pedidos e aquisições e posterior movimentação em stock, permitindo a sua distribuição racional e efetuando o controlo de custos.

#### OTIMIZAÇÃO ERP - ENTERPRISE RESOURCE PLANNING

Agora que está praticamente concluída a reimplantação do Gif/mygiaf UNI, inicia-se um novo ciclo de vida deste produto. Com um único ERP e o conceito de unidade de exploração, que permite segregar a informação por unidade de negócio, será mais fácil gerir o ciclo de vida do produto, considerando como eixos fundamentais na gestão desse ciclo.

Estão identificadas outras funcionalidades, de menor dimensão, cuja implementação no ERP, trariam acréscimos de produtividade e constituiriam mais-valias, nomeadamente: reconciliação bancária, gestão da dívida dos inquilinos, contabilização da cauções de utentes; emissão de referências MB e débitos diretos para a faturação standard (Utentes); parametrização mapas financeiros do anexo, entre outras que entretanto venham a ser identificadas.



## OTIMIZAÇÃO DA ÁREA DA SAÚDE NO CICLO DE GESTÃO CLÍNICA

Este programa TI, visa suportar a atividade de todo o corpo clínico das UOS-SCMP, de forma mais rápida e eficiente adotando soluções na área das SI/TIC mais avançadas e ágeis que permitam o registo da informação com qualidade

## ATIVE ANALYTICS - BIG DATA (BDA)

As Tecnologias BigData descrevem uma nova geração de tecnologias e arquiteturas, desenhadas para, de um modo económico, extrair valor a partir de largos volumes de dados provenientes de uma variedade de fontes, possibilitando a captura, descoberta e análise a elevada velocidade. O foco crescente em soluções BDA como base para aquisição de vantagens competitivas é, simultaneamente, uma oportunidade e um desafio para a SCMP. A promessa de um melhor e mais rápido processo de decisão levou as tecnologias BDA para as agendas estratégicas com prioridade elevada. Neste ambiente, não é apenas o acesso à informação mas a capacidade de analisar e agir em tempo útil que possibilite a criação de vantagens competitivas, possibilite uma gestão sustentável das comunidades e dos recursos naturais e promova a distribuição apropriada de serviços sociais, de saúde e educativos.

No ano corrente (2014), o DSI iniciou Projeto Piloto no sentido de explorar uma nova geração de tecnologias e arquiteturas desenhadas para de um modo económico extrair valor a partir de largos volumes de dados provenientes de uma variedade de fontes, possibilitando a captura, descoberta e análise de elevada velocidade. É estratégico que a SCMP complete a sua infraestrutura tecnológica com uma solução de Business Intelligence. O grande objetivo da prova de conceito é a apresentação de um conjunto limitado de indicadores de negócio, suportando desta forma a decisão de implementação gradual e massiva, caso as capacidades do produto aplicado às diferentes realidades de negócio da SCMP produza resultados de elevada satisfação.

## MUSEU MISERICÓRDIA DO PORTO (MMIPO)

Este projeto visa a informatização do Museu da SCMP de forma a agilizar os processos de organização, pesquisa, classificação, localização, segurança e controlo de acessos, aumentando, desta forma, a eficiência no atendimento de solicitações dirigidas. As SI/TIC são impostas numa perspetiva de modernização num suporte eficaz e eficiente no apoio à gestão do Museu da SCMP, sendo garantida a sua evolução com flexibilidade e agilidade, assim como a abertura de um museu tecnologicamente capacitado e orientado nas temáticas a apresentar à população em geral.

A solução integrará, entre outros, as seguintes funcionalidades:

- Sistema de monitorização e alarmística;
- Sistema de controlo de acessos;
- Sistema de videovigilância;
- Sistema de deteção e extinção de incêndios;
- Rede estruturada de cablagem;
- Bastidores para o alojamento adequado de todos os equipamentos e componentes da infraestrutura TI;
- Tecnologia adequada para atendimento ao público e divulgação da Santa Casa da Misericórdia do Porto no roteiro turístico do Porto;
- Interatividade visando motivar os potenciais visitantes no desenvolvimento de atividades;
- Promover o aluguer operacional para ir ao encontro de alterações e inovação de tecnologia orientadas a diferentes temas sazonais (exposições temporárias e nas atividades educativas e de animação cultural);
- Solução de Gestão de Acessos Eletrónica com identificadores digitais, nomeadamente através da emissão de Bilhetes Eletrónicos e respetiva gestão de capacidade diária, assentando em plataforma de gestão e integração da informação ao nível da(s) bilheteira(s);
- Digitalizar e catalogar as obras existentes na SCMP e que serão alvo de divulgação no Museu da SCMP, adotando um sistema de documentação unificado, que viabilize a gestão integrada do conhecimento, promovendo a Implementação de Plataforma de Gestão das Obras da SCMP de forma gradual;
- Implementação de SITE/Portal Museu SCMP;
- Sistemas Aplicacionais na vertente de Mobilidade, por forma a garantir a qualidade e experiência museológica (IOS; ANDROID; WINDOWS PHONE);
- Aluguer de equipamentos móveis com possibilidade de interação com as obras e espaços do museu e o utilizador.

## AUDITORIA EXTERNA

Projeto que visa dar continuidade à avaliação regular da maturidade da gestão dos SI/TIC, de forma a garantir a validação independente e externa das opções TI a nível estratégico, tático e operacional, bem como promover a adoção das melhores práticas TI, alinhadas com os modelos e frameworks de IT Governance, COBIT e ITIL.

## CERTIFICAÇÃO ISO 20 000 (SERVICE DESK) E EASYVISTA

A missão e o papel na cadeia de valor – no negócio – do DSI na SCMP está a mudar radicalmente. Os drivers dessa mudança residem essencialmente em 4 fatores principais:

### MUDANÇAS RÁPIDAS NO MERCADO E NO NEGÓCIO

A velocidade da evolução do Mercado e da Tecnologia é cada vez maior, o que reforça as expectativas de flexibilidade e adaptabilidade do negócio quanto aos serviços e soluções disponibilizados pelo departamento de IT.

### DESAFIOS CONSTANTES AO NÍVEL DOS CUSTOS

o desafio do IT para melhor utilizar os budgets disponíveis, é determinante. Melhores investimentos e decisões mais sustentadas, numa configuração de oferta de tecnologia, mais inovadora, ágil, organizacional e estratégica.

### MANTER O EQUILIBRIO ENTRE OS RISCOS E A FLEXIBILIDADE

É a chave para uma nova forma, mais industrializada, de prestar serviços, endereçando os riscos de uma pressão inerente a saltos tecnológicos mais acentuados, em paralelo com uma plataforma eficiente e estável para o negócio.

### CONSTRUIR A EVOLUÇÃO COM BASE EM BENEFÍCIOS SUSTENTÁVEIS

É necessário assegurar que a evolução tecnológica está suportada por benefícios consolidados, proporcionando sustentabilidade e estímulo de crescimento ao negócio, privilegiando a eficiência, a melhoria, a conformidade e o baixo custo.

Pretende-se a implementação de um projeto de gestão de serviços (ITSM), definido e implementado de uma forma pragmática, focada e sustentada, com as suas plataformas documental e tecnológica, proporcionará a infraestrutura e capacidade necessárias para fornecer à organização:

Mais VALOR - O IT para a ser um ativo estratégico da organização; Há um reforço genuíno e eficaz no foco nos desafios do negócio; São estabelecidas ações com resultados tangíveis de Otimização e diferenciação;

Menos RISCO - Nos Investimentos e na Operacionalização; Na Continuidade do Negócio; Na Segurança da Informação; Na Conformidade legal e normativa;

Mais controlo dos CUSTOS - Controlo e redução do TCO dos ativos TI; Racionalização dos recursos (físicos e humanos); Maior uniformização e eficiência nas operações TI;

Mais INOVAÇÃO - O projeto ITSM abre novos horizontes para o negócio; Patrocina e garante mais Qualidade no Serviço; Permite uma resposta mais rápida para os novos desafios do negócio; Estabelece e mantém um maior Alinhamento Estratégico.

É importante referir que a evolução da sociedade de informação é uma realidade indelével, com as novas tecnologias, a impor mudanças a um ritmo acelerado. A monitorização é cada vez mais um fator de otimização da gestão da SCMP, sendo peça fundamental na cobertura global da infraestrutura TI, desde as aplicações mais críticas às mais generalizadas bem como a informação resultante da utilização de recursos, sistemas, aplicações, bases de dados é cada vez mais relevante para os decisores de negócio. A criticidade aumenta com a complexidade das estruturas TI, estejam elas relacionadas com serviços baseados na cloud interna da SCMP e/ou em ambientes virtualizados. Adicionalmente a desmaterialização dos processos deve combinar múltiplas mudanças que transformam de forma substancial o modo de trabalho suportadas nas SI/TIC. A partir da identificação e caracterização dos processos, é possível desenvolver outras iniciativas estreitamente relacionadas, que potenciam ainda mais benefícios para a Instituição, nomeadamente na elaboração de instrumentos de gestão da informação, na modernização das principais aplicações de negócio, no suporte e visibilidade da transição em curso, realizada pelo DSI, para arquiteturas baseadas em serviços e interoperabilidade.



### **III - DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO OPERACIONAL**

#### **12 - ÁREA DA JUSTIÇA**

##### **ESTABELECIMENTO PRISIONAL ESPECIAL DE SANTA CRUZ DO BISPO**

As comemorações dos dez anos da parceria, entre a Misericórdia do Porto e o Ministério da Justiça, será um dos momentos mais significativos do ano de 2015.

Com efeito, a atual parceria tem permitido a implementação de um modelo inédito em Portugal e cuja avaliação externa é muito positiva.

Em Janeiro, a Ministra da Justiça será convidada para presidir a uma sessão solene onde será avaliada esta parceria em conjunto com o lançamento de algumas iniciativas de carácter social.

Vamos ainda referir o lançamento de um programa de bolsas sociais para as reclusas ou os seus filhos que lhes permita o estudo no ensino superior, além da edição de dois livros, um da autoria de uma reclusa e dedicado a um público infantil, um outro sobre uma tese de mestrado quanto ao papel da Misericórdia do Porto no apoio aos presos no século XVIII.

A Misericórdia do Porto continuará, neste domínio, a emprestar as suas competências em saúde em ambiente prisional, bem como a desenvolver metodologias que permitam implementar, nas áreas laboral e educação, modelos de reinserção social cujos resultados possam ser objetivados pela comunidade.

### **III - DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO OPERACIONAL**

#### **13 - AUDITORIA INTERNA**

O processo de definição e elaboração deste plano de atividades para o ano de 2015, concretiza na sua base, o objetivo de identificar a abordagem e as soluções que melhor contribuirão para maximizar o valor que a Instituição pode obter, do investimento que efetuou para reativar e dinamizar a atividade da Auditoria Interna no seu seio.

**Estabelece-se assim, a nível macro, a ambição de disponibilizar uma função de Auditoria Interna mais eficaz, eficiente e sustentável, totalmente alinhada com as necessidades e expectativas da Santa Casa.**

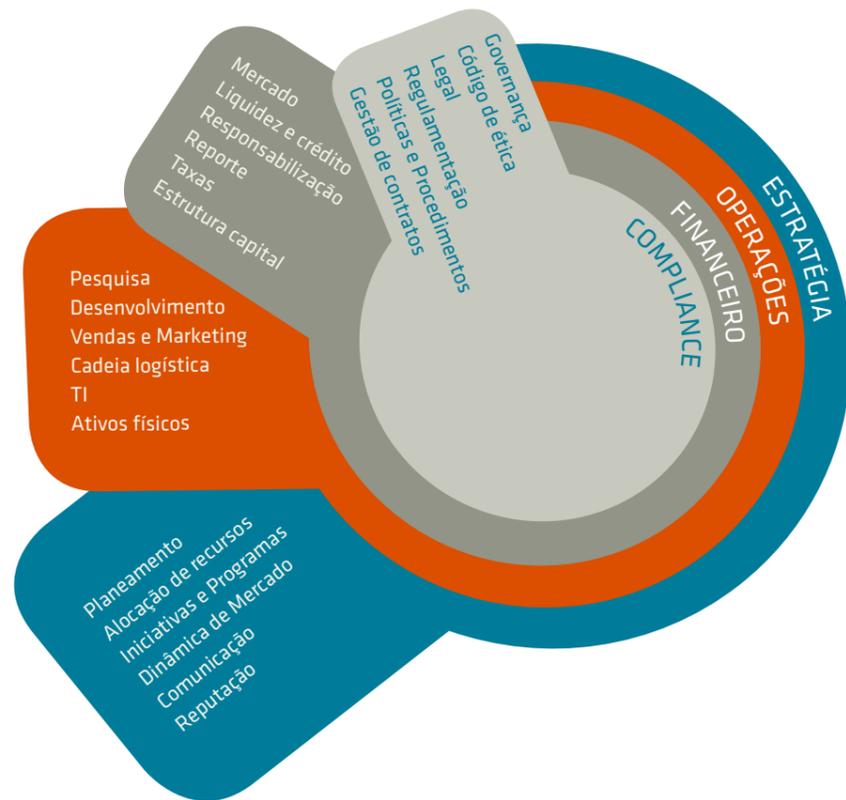
Tal como definido nas melhores práticas e orientações do IIA – The Institute of Internal Auditors e do IPAI – Instituto Português de Auditoria Interna, o planeamento da atividade de Auditoria Interna deve ser precedido por uma avaliação de risco, materializado pelo Gabinete de Auditoria Interna da SCMP (GAI), através do estudo “Identificação e Avaliação Preliminar de Riscos na SCMP, 2014@GAI”.

O planeamento da atividade de AI concretizou-se em termos de abordagem, num processo com quatro fases distintas, de forma a promover um processo de alinhamento das iniciativas a desenvolver, quer com os resultados da avaliação de riscos previamente efetuada, quer com as necessidades e expectativas dos diferentes stakeholders.

Esta abordagem, permitiu adicionalmente, estabelecer os objetivos a concretizar em termos da distribuição dos trabalhos de AI a realizar ao longo do ano.

### 1ª FASE - FOCO AI VS RISCOS CHAVE

Identificaram-se as áreas de foco da atividade de acordo com os riscos chave da Organização, num modelo que permite melhor orientar as práticas e o trabalho de AI, em função dos requisitos para dinamização do próprio modelo de avaliação da Gestão de Riscos na SCMP.



### 2ª FASE - FOCO AI VS PROGRAMAS CHAVE

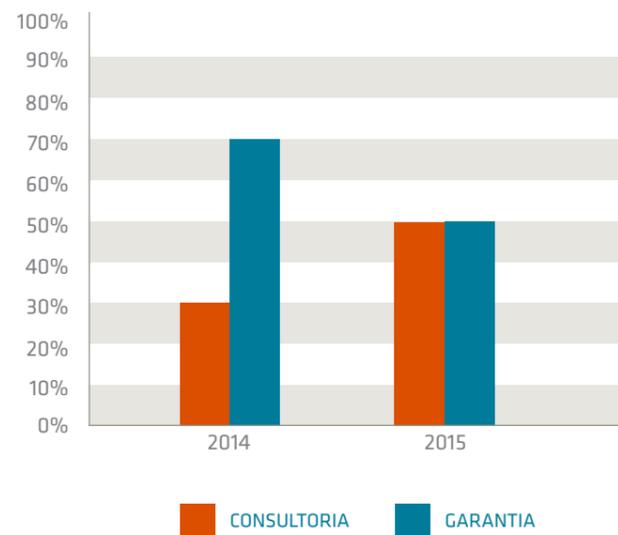
Identificaram-se e estabeleceram-se de seguida, os programas chave que permitirão concretizar uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e aperfeiçoar a eficácia e eficiência da gestão dos riscos, dos controlos e dos processos de governação na SCMP.

Esta metodologia permite uma maior agilidade, para posteriormente adequar no terreno, as iniciativas a desenvolver.



### 3ª FASE - ALINHAMENTO SERVIÇOS AI - GARANTIA VS CONSULTORIA

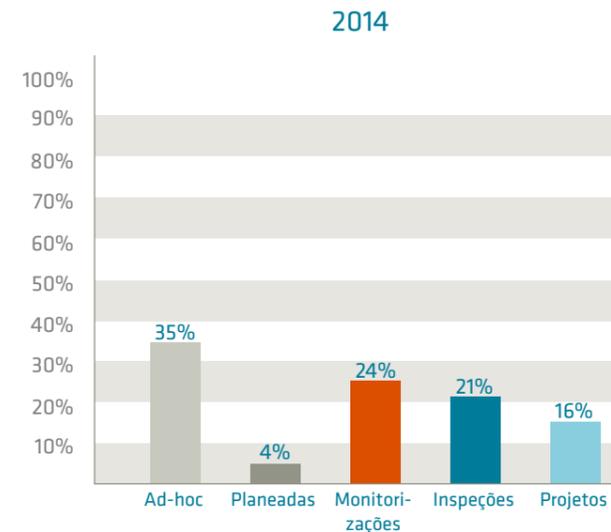
Selecionaram-se e avaliaram-se também as iniciativas a desenvolver, com o objetivo de assegurar um maior equilíbrio na atividade no sentido de a tentar evoluir para uma perspetiva mais colaborativa de forma a destacar o modelo de parceria entre os órgãos de gestão e direção da SCMP.



### 4ª FASE - ALINHAMENTO ATIVIDADE AI

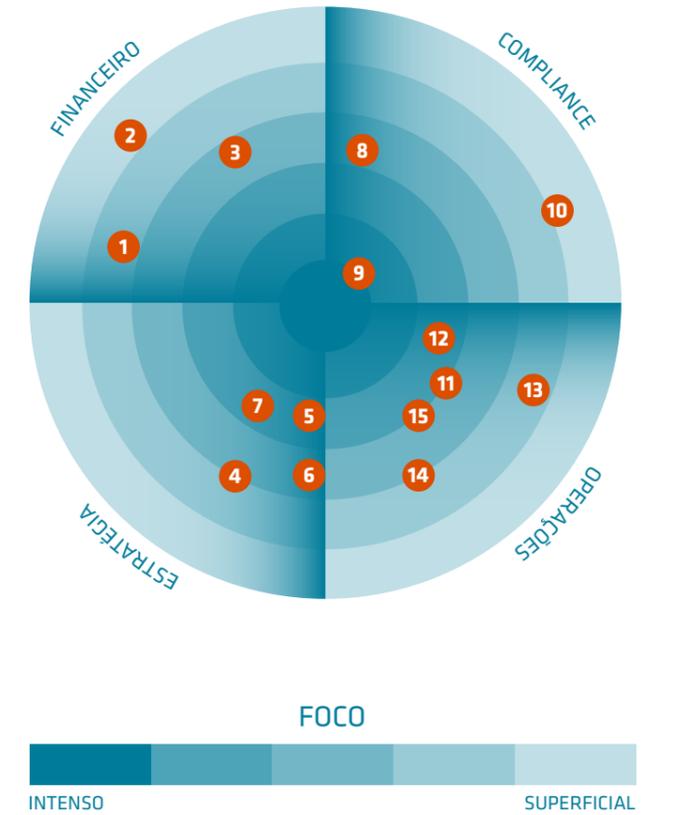
Estabeleceram-se ainda os objetivos de atuação, privilegiando-se uma postura mais preventiva que corretiva, materializada por uma aposta clara no desenvolvimento de mais auditorias planeadas e auditorias de follow-up (auditorias de seguimentos, ou seja, monitorização e acompanhamento).

Este posicionamento privilegia o adequado alinhamento da atividade AI, com as tendências de evolução das práticas instituídas para o setor.



### PLANEAMENTO DA ATIVIDADE

Considerando a abordagem previamente detalhada, podemos de forma genérica, sintética e mais visual, mapear a atividade de AI prevista para 2015, considerando as áreas de foco e os programas chave anteriormente definidos, de acordo com o seguinte radar:



1	Contabilidade
2	Finanças
3	Imobilizado
4	Clientes
5	Recursos Humanos
6	Mobilidade, cloud e redes sociais
7	Segurança da informação
8	Fraude e corrupção
9	Regulamentos, políticas e procedimentos
10	Sustentabilidade
11	Cadeia de abastecimentos e operações
12	Tecnologias de informação
13	Gestão de programas e projectos
14	Gestão da continuidade do negócio
15	Privacidade e prevenção de perda de dados

A gestão das competências e do conhecimento, num ambiente turbulento, de constante e rápida mudança, é cada vez mais difícil, pelo que é necessário concretizar um modelo e um plano de formação e treino ambicioso e devidamente alinhado com os objetivos da atividade, as expectativas da Gestão de Topo.

Neste contexto a aposta em formação mais especializada e segmentada, nomeadamente nas seguintes áreas/domínios de conhecimento:

- Gestão do Risco;
- Liderança e Comunicação em Auditoria Interna;
- Avaliação da Qualidade e Performance em Auditoria Interna;
- Fraude e Auditoria Interna;
- Auditoria de Sistemas e Tecnologias de Informação;
- Auditoria Interna na Saúde.

Adicionalmente está previsto também, a participação em ações de formação, na área dos Sistemas de Gestão de Qualidade, Acreditação e Certificação, em especial no que concerne à aquisição de competências específicas de auditoria interna relacionadas com Melhores Práticas e Normas Portuguesas ou ISO nas áreas do ambiente, recursos humanos, qualidade, respostas sociais e tecnologias da informação.

## NOTAS FINAIS

Acreditamos que este Plano irá permitir consolidar e alavancar a atividade de AI no seio da Misericórdia, numa dinâmica assente nas melhores práticas do setor e alinhada com as mais recentes tendências, contexto fundamental para o sucesso qualitativo e quantitativo da função de Auditoria Interna e sua adequada consolidação ao longo do tempo.

## IV - REFERÊNCIAS FINAIS

A Europa e Portugal, a exemplo do mundo, vivem um momento algo ingrato cuja complexidade todos equacionam. Num tempo de “deflação controlada”, algo que nunca esperámos viver, e de crescimento económico medíocre, as tarefas que se colocam a todos nós são de uma dimensão enorme para a nossa vontade de fazer o bem.

*Quando assumimos esta responsabilidade de servir a Misericórdia do Porto, enunciamos que tínhamos confiança no futuro. Essa confiança não desapareceu e mantém-se firme e decisiva no apoio aos que mais merecem e precisam.*

O exemplo do Papa Francisco é sempre, para todos nós, uma referência moral e espiritual que nos dá o conforto de acreditar na bondade dos homens.

O Papa Francisco alerta-nos que o “individualismo pós-moderno e globalizado favorece um estilo de vida que debilita o desenvolvimento e a estabilidade dos vínculos entre as pessoas e distorce os vínculos familiares” e sugere que devemos “dizer não a uma economia da exclusão e da desigualdade social. Esta economia mata. Não é possível que a morte por congelamento de um idoso sem-abrigo não seja notícia, enquanto o é a descida de dois pontos na Bolsa. Isto é exclusão.” Daí que nos previna contra o “dinheiro que governa em vez de servir”.

Esta lição é um aviso porque é preciso que a economia se volte a lembrar das pessoas e da sociedade onde vivem e trabalham.

Esperamos que os Irmãos e Irmãs considerem o seu voto de confiança nesta proposta de Plano e Orçamento.

A Mesa agradece essa confiança e ainda o empenho dos nossos colaboradores, do Definitório e da Mesa Administrativa.

Ao nosso Bispo, D António Francisco dos Santos uma palavra especial pela sua participação decisiva e de apoio institucional.



*ORÇAMENTO*

## ORÇAMENTO

Nos tempos atuais seria impensável qualquer organização enfrentar os desafios futuros sem os preparar antecipadamente através da construção de orçamentos como ferramenta indispensável para planejar o futuro económico e financeiro das organizações.

A SCMP há muito que adotou o procedimento da elaboração de orçamentos assumindo-se esse trabalho como condição indispensável à gestão do seu quotidiano.

Como é sabido, para a construção das peças orçamentais, sejam de exploração ou de investimento, concorrem variados fatores diferenciados pelo seu cariz mais endógeno ou exógeno.

Assim, dentro dos fatores exógenos, ou seja, aqueles cujo controlo não depende da ação direta da Instituição, foram tidos em conta as previsões macroeconómicas divulgadas pelas entidades com responsabilidades nessas matérias, como por exemplo as relacionadas com o PIB, a Taxa de Inflação, o Índice de Atualização do Património de Rendimento, as Taxas de Juros das Operações Passivas, entre Outras.

Para os fatores que se assumem como variáveis mais controláveis pela SCMP, tendo presente o enquadramento atual no espectro político/social/económico, quer no âmbito nacional quer internacional, optou-se por um cenário de prudência. Este cenário teve reflexos na previsão do encaixe de rendimentos e nos gastos operacionais.

*Apesar do clima de prudência que norteou a construção deste orçamento continua a SCMP a acreditar que o investimento é a força motriz que permite renovar e crescer o nível dos nossos rendimentos e simultaneamente a racionalização dos nossos gastos.*

O quadro apresentado neste Plano de Atividades sobre a proposta de investimentos é uma prova disso, e os quadros que a seguir se apresentam refletem a previsão da exploração para 2015, numa perspetiva Consolidada e por Área de Exploração.

Este orçamento prevê:

Ao nível da exploração

- Rendimentos Operacionais | 63,18 M€
- Gastos Operacionais | 57,73M€
- EBITDA | 5,45 M€
- Resultado Líquido | 0,67 M€

Ao nível do Investimento

- Património | 3,35 M€
- Saúde | 1,90 M€
- Outras Áreas | 0,25 M€

## ÁREAS DE EXPLORAÇÃO

### SAÚDE

Hospital da Prelada | CRN | CHCF

### SOCIAL

ERPI SL | ERPI NSM | ERPI QM | ERPI PL | ERPI F | CSA | CR | CAS DMM | CAS BXVI

### PATRIMÓNIO DE RENDIMENTO

Complexos | Parques de Estacionamento | Outros

### EDUCAÇÃO

CNSE

### ENSINO ESPECIAL

CIAD

### JUSTIÇA

EPESCB

### AGRICULTURA

Quinta d'Alva

### AMBIENTE

Parque da Prelada

### JUVENTUDE

CBNS

### CULTURA

Museu | Casa da Prelada

### ARTES GRÁFICAS

AGSI | CPAC

### DEPARTAMENTOS CENTRAIS – SERVIÇOS PARTILHADOS

PROVEDORIA | DGAP | DCF | DRHFP | DSI | DESC | DAC | DISG | GAI | GAJC | GRC | SERVIÇOS SAÚDE | Sede

CONSOLIDADO	REALIZADO 2012	REALIZADO 2013	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO 2015
Vendas e serviços prestados	45 539 616	44 032 356	51 382 537	52 082 324
Vendas	470 868	471 316	494 572	565 203
Prestações de serviços	45 068 748	43 561 040	50 887 965	51 517 121
Matrículas e mensalidades	2 096 692	2 319 886	2 308 928	3 259 265
Outras	42 972 056	41 241 154	48 579 037	48 257 856
Subsídios, doações e legados à exploração	2 996 083	3 334 590	5 108 048	5 311 334
ISS, IP - Centros distritais	2 523 622	3 012 895	5 046 663	5 263 575
Outros	472 461	321 696	61 385	47 759
Ganhos (perdas) Imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos	10 194	11 737		
Varição nos inventários da produção	-16 489	-31 803		
Trabalhos para a própria entidade	564 341	480 519	505 842	343 109
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-6 069 023	-5 168 783	-6 261 935	-6 045 348
Fornecimentos e serviços externos	-12 176 291	-12 027 577	-16 786 682	-15 558 464
Subcontratos	-4 741 499	-4 726 675	-6 624 802	-5 760 737
Energia e fluidos	-1 969 649	-2 120 780	-3 174 835	-2 519 476
Outros	-5 465 143	-5 180 123	-6 987 045	-7 278 251
Gastos com pessoal	-33 024 915	-32 200 253	-33 911 183	-35 358 269
Remunerações certas	-20 802 446	-20 453 840	-20 971 982	-22 648 683
Remunerações adicionais	-6 495 721	-6 173 248	-6 896 916	-6 469 185
Formação profissional	-15 454	-12 121	-109 315	-145 215
Pensões				
Encargos sobre remunerações	-5 320 488	-5 298 786	-5 672 068	-5 906 591
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-127 935	-105 014	-136 523	-119 445
Outros custos com o pessoal	-262 870	-157 245	-124 379	-69 150
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)				
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-40 755	-491 997	1 131	
Provisões (aumentos/reduções)	95 833	-432 668		-549 312
Provisões específicas (aumentos/reduções)				
Imparidade de investim. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	367 641	46 443		
Outras imparidades (perdas/reversões)				
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos e ganhos	5 748 693	5 867 856	5 614 526	5 444 159
Outros gastos e perdas	-499 194	-265 863	-79 062	-217 433
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>3 495 734</b>	<b>3 154 558</b>	<b>5 573 221</b>	<b>5 452 101</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-5 178 620	-4 624 530	-5 719 375	-5 062 748
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-1 682 887</b>	<b>-1 469 972</b>	<b>-146 154</b>	<b>389 353</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	563 654	506 328	257 878	307 878
Juros e gastos similares suportados	-7 645	-5 153	-3 314	-19 909
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-1 126 878</b>	<b>-968 798</b>	<b>108 410</b>	<b>677 321</b>
Imposto sobre rendimento do período				
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-1 126 878</b>	<b>-968 798</b>	<b>108 410</b>	<b>677 321</b>

Valores em euros

## ORÇAMENTO 2015

CONTAS	ÁREA DA SAÚDE			TOTAL	ARTES GRÁFICAS	AGRICULTURA	AMBIENTE	CULTURA
	HOSPITAL DA PRELADA	CENTRO HOSP. CONDE FERREIRA	CENTRO REAB. NORTE					
+71+72	32 775 044	4 554 036	9 138 000	46 467 080	35 900	195 090		567 594
+71					3 900	188 215		43 074
+72	32 775 044	4 554 036	9 138 000	46 467 080	32 000	6 875		524 520
+725121		620 709		620 709				
+72-725121	32 775 044	3 933 327	9 138 000	45 846 371	32 000	6 875		524 520
+75		1 431 954		1 431 954	243 546	20 000		
+75111		1 431 954		1 431 954	243 546			
+75-75111						20 000		
+785								
+73								
+74					50 239	1 200	95 810	
-61	-4 200 140	-387 279	-748 748	-5 336 167	-24 129	-10 738	-454	-54 081
-62	-5 646 089	-1 662 382	-3 244 262	-10 552 733	-20 240	-61 701	-60 933	-415 212
-621	-2 700 000	-962 057	-624 007	-4 286 064				
-624	-867 600	-381 826	-396 000	-1 645 426	-3 097	-32 298	-6 552	-54 967
=-62+621+624	-2 078 489	-318 499	-2 224 255	-4 621 243	-17 144	-29 403	-54 381	-360 245
-63	-16 551 814	-4 205 971	-4 433 620	-25 191 405	-374 111	-121 035	-152 326	-323 382
-631/-6320423	-9 427 612	-2 949 973	-2 755 491	-15 133 076	-288 515	-86 859	-115 299	-251 110
-6320424/-63219	-4 165 468	-516 146	-888 982	-5 570 596	-19 943	-10 969	-10 315	-14 459
-6384	-45 722	-21 945	-20 202	-87 869	-2 100	-1 155	-945	-1 523
-633								
-635	-2 841 469	-691 884	-744 778	-4 278 131	-61 030	-21 043	-24 709	-54 240
-636	-49 770	-15 573	-14 547	-79 890	-1 523	-459	-609	-1 326
-639	-21 773	-10 450	-9 620	-41 843	-1 000	-550	-450	-725
-652+7622								
-651+7621+7639								
-67+678+763-7639								
-678+7638								
+7884								
1)								
+77-66								
+78-785-7884	591 441	260 808	7 200	859 449		15 978		
-68	-10 660			-10 660	-23	-970	-188	-1 279
	6 957 781	-8 835	718 570	7 667 517	-88 818	37 825	-118 091	-226 361
-64+761	-1 467 213	-701 974	-560 898	-2 730 085	-31 448	-99 655	-747	-182 410
	5 490 569	-710 809	157 672	4 937 432	-120 266	-61 830	-118 838	-408 771
79								
-69								
811	5 490 569	-710 809	157 672	4 937 432	-120 266	-61 830	-118 838	-408 771
812								
818	5 490 569	-710 809	157 672	4 937 432	-120 266	-61 830	-118 838	-408 771

DEPARTAMENTOS CENTRAIS - SERVIÇOS PARTILHADOS	EDUCAÇÃO	ENSINO ESPECIAL	JUVENTUDE	PATRIMÔNIO DE RENDIMENTO	SOCIAL	TOTAL DEP. CENTRAIS E REST. ESTABELECIMENTOS	E.P.S.C.B.	CONSOLIDADO
37 375	1 137 894	78 685	25 316	19 902	1 618 618	3 716 373	1 898 871	52 082 324
		900			40 828	276 916	288 287	565 203
37 375	1 137 894	77 785	25 316	19 902	1 577 790	3 439 457	1 610 585	51 517 121
	1 002 558	73 498	25 316		1 537 184	2 638 556		3 259 265
37 375	135 336	4 287		19 902	40 606	800 901	1 610 585	48 257 856
13 304	557 378	782 891	355 219		1 907 042	3 879 380		5 311 334
	557 378	768 436	355 219		1 907 042	3 831 621		5 263 575
13 304		14 455				47 759		47 759
195 860						343 109		343 109
-4 440	-11 954	-39 378	-47 144		-192 548	-384 865	-324 315	-6 045 348
-688 220	-378 765	-175 417	-159 970	-458 937	-1 695 476	-4 114 871	-890 859	-15 558 464
	-174 839	-107 976	-61 858		-911 997	-1 256 670	-218 003	-5 760 737
-50 046	-45 049	-21 840	-22 701	-57 033	-316 898	-610 481	-263 568	-2 519 476
-638 173	-158 877	-45 602	-75 412	-401 904	-466 581	-2 247 720	-409 288	-7 278 251
-2 741 719	-1 464 867	-817 367	-511 265		-3 084 701	-9 590 773	-576 091	-35 358 269
-2 081 063	-1 161 597	-614 671	-374 044		-2 118 655	-7 091 813	-423 794	-22 648 683
-177 843	-77 845	-65 348	-46 320		-422 846	-845 888	-52 701	-6 469 185
-11 131	-7 980	-5 691	-3 255		-20 874	-54 654	-2 692	-145 215
-455 438	-207 513	-125 702	-84 122		-501 201	-1 534 997	-93 463	-5 906 591
-10 943	-6 132	-3 245	-1 975		-11 185	-37 396	-2 159	-119 445
-5 301	-3 800	-2 710	-1 550		-9 940	-26 026	-1 282	-69 150
-549 312						-549 312		-549 312
8 975	105 239	9 666	312	4 427 916	10 791	4 578 877	5 834	5 444 159
-141 560	-1 370	-1 052	-1 302	-6 305	-9 026	-163 074	-43 698	-217 433
-3 869 736	-56 446	-161 972	-338 834	3 982 576	-1 445 301	-2 285 157	69 741	5 452 101
-301 623	-157 969	-80 556	-103 739	-1 073 826	-290 716	-2 322 690	-9 972	-5 062 748
-4 171 359	-214 415	-242 528	-442 573	2 908 750	-1 736 017	-4 607 847	59 769	389 353
306 290	116	309	165		997	307 878		307 878
-1 658				-18 251		-19 909		-19 909
-3 866 727	-214 299	-242 219	-442 408	2 890 500	-1 735 019	-4 319 879	59 769	677 321
-3 866 727	-214 299	-242 219	-442 408	2 890 500	-1 735 019	-4 319 879	59 769	677 321

<b>ÁREA DA SAÚDE</b>	<b>REALIZADO 2012</b>	<b>REALIZADO 2013</b>	<b>ORÇAMENTO 2014</b>	<b>ORÇAMENTO 2015</b>
Vendas e serviços prestados	41 122 855	39 293 517	46 665 144	46 467 080
<b>Vendas</b>				
<b>Prestações de serviços</b>	<b>41 122 855</b>	<b>39 293 517</b>	<b>46 665 144</b>	<b>46 467 080</b>
Matrículas e mensalidades				620 709
Outras	41 122 855	39 293 517	46 665 144	45 846 371
<b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>	<b>146 231</b>	<b>208 367</b>	<b>1 505 018</b>	<b>1 431 954</b>
ISS, IP - Centros distritais	144 857	190 697	1 505 018	1 431 954
Outros	1 374	17 670		
<b>Ganhos (perdas) Imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos</b>				
<b>Variação nos Inventários da produção</b>				
<b>Trabalhos para a própria entidade</b>				
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>	<b>-5 328 754</b>	<b>-4 479 946</b>	<b>-5 524 477</b>	<b>-5 336 167</b>
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>-7 870 314</b>	<b>-7 254 986</b>	<b>-11 599 091</b>	<b>-10 552 733</b>
Subcontratos	-3 984 641	-3 557 870	-5 219 743	-4 286 064
Energia e fluidos	-1 178 881	-1 226 376	-2 202 376	-1 645 426
Outros	-2 706 792	-2 470 740	-4 176 972	-4 621 243
<b>Gastos com pessoal</b>	<b>-23 760 056</b>	<b>-22 974 279</b>	<b>-24 397 454</b>	<b>-25 191 405</b>
Remunerações certas	-13 966 396	-13 622 529	-14 027 727	-15 133 076
Remunerações adicionais	-5 646 490	-5 335 995	-6 008 256	-5 570 596
Formação profissional	-6 302	-5 815	-56 490	-87 869
Pensões				
Encargos sobre remunerações	-3 865 759	-3 821 407	-4 100 097	-4 278 131
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-93 730	-71 815	-106 666	-79 890
Outros custos com o pessoal	-181 379	-116 719	-98 220	-41 843
<b>Ajustamentos de Inventário (perdas/reversões)</b>				
<b>Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)</b>	<b>-4 852</b>	<b>-293 898</b>		
<b>Provisões (aumentos/reduções)</b>	<b>95 833</b>			
<b>Provisões específicas (aumentos/reduções)</b>				
<b>Imparidade de Investim. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)</b>				
<b>Outras imparidades (perdas/reversões)</b>				
<b>Aumentos/reduções de justo valor</b>				
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>	<b>975 231</b>	<b>912 928</b>	<b>721 832</b>	<b>859 449</b>
<b>Outros gastos e perdas</b>	<b>-160 953</b>	<b>-30 896</b>	<b>-14 500</b>	<b>-10 660</b>
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e Impostos</b>	<b>5 215 221</b>	<b>5 380 806</b>	<b>7 356 471</b>	<b>7 667 517</b>
<b>Gastos/reversões de depreciação e de amortização</b>	<b>-2 869 023</b>	<b>-2 326 731</b>	<b>-4 303 699</b>	<b>-2 730 085</b>
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e Impostos)</b>	<b>2 346 198</b>	<b>3 054 075</b>	<b>3 052 773</b>	<b>4 937 432</b>
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados				
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>2 346 198</b>	<b>3 054 075</b>	<b>3 052 773</b>	<b>4 937 432</b>
<b>Imposto sobre rendimento do período</b>				
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>2 346 198</b>	<b>3 054 075</b>	<b>3 052 773</b>	<b>4 937 432</b>

Valores em euros

<b>HOSPITAL DA PRELADA</b>	<b>REALIZADO 2012</b>	<b>REALIZADO 2013</b>	<b>ORÇAMENTO 2014</b>	<b>ORÇAMENTO 2015</b>
Vendas e serviços prestados	36 652 878	34 658 049	30 442 341	32 775 044
<b>Vendas</b>				
<b>Prestações de serviços</b>	<b>36 652 878</b>	<b>34 658 049</b>	<b>30 442 341</b>	<b>32 775 044</b>
Matrículas e mensalidades				
Outras	36 652 878	34 658 049	30 442 341	32 775 044
<b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>	<b>1 374</b>	<b>14 000</b>		
ISS, IP - Centros distritais				
Outros	1 374	14 000		
<b>Ganhos (perdas) Imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos</b>				
<b>Variação nos Inventários da produção</b>				
<b>Trabalhos para a própria entidade</b>				
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>	<b>-4 923 142</b>	<b>-4 116 767</b>	<b>-4 100 300</b>	<b>-4 200 140</b>
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>-6 605 903</b>	<b>-5 722 305</b>	<b>-5 574 398</b>	<b>-5 646 089</b>
Subcontratos	-3 305 185	-2 676 107	-2 569 900	-2 700 000
Energia e fluidos	-906 170	-884 621	-963 700	-867 600
Outros	-2 394 549	-2 161 577	-2 040 798	-2 078 489
<b>Gastos com pessoal</b>	<b>-19 954 521</b>	<b>-19 007 741</b>	<b>-15 845 799</b>	<b>-16 551 814</b>
Remunerações certas	-11 245 692	-10 804 583	-8 736 557	-9 427 612
Remunerações adicionais	-5 193 510	-4 863 071	-4 246 727	-4 165 468
Formação profissional	-5 865	-5 815	-21 000	-45 722
Pensões				
Encargos sobre remunerações	-3 268 975	-3 175 138	-2 676 416	-2 841 469
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-71 739	-61 229	-71 000	-49 770
Outros custos com o pessoal	-168 741	-97 906	-94 100	-21 773
<b>Ajustamentos de Inventário (perdas/reversões)</b>				
<b>Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)</b>	<b>-478</b>	<b>-278 676</b>		
<b>Provisões (aumentos/reduções)</b>	<b>95 833</b>			
<b>Provisões específicas (aumentos/reduções)</b>				
<b>Imparidade de Investim. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)</b>				
<b>Outras imparidades (perdas/reversões)</b>				
<b>Aumentos/reduções de justo valor</b>				
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>	<b>512 570</b>	<b>611 091</b>	<b>424 070</b>	<b>591 441</b>
<b>Outros gastos e perdas</b>	<b>-145 137</b>	<b>-26 372</b>	<b>-14 500</b>	<b>-10 660</b>
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e Impostos</b>	<b>5 633 473</b>	<b>6 131 279</b>	<b>5 331 413</b>	<b>6 957 781</b>
<b>Gastos/reversões de depreciação e de amortização</b>	<b>-2 354 885</b>	<b>-1 770 064</b>	<b>-2 009 327</b>	<b>-1 467 213</b>
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e Impostos)</b>	<b>3 278 588</b>	<b>4 361 215</b>	<b>3 322 086</b>	<b>5 490 569</b>
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados				
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>3 278 588</b>	<b>4 361 215</b>	<b>3 322 086</b>	<b>5 490 569</b>
<b>Imposto sobre rendimento do período</b>				
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>3 278 588</b>	<b>4 361 215</b>	<b>3 322 086</b>	<b>5 490 569</b>

Valores em euros

<b>CENTRO HOSPITALAR CONDE DE FERREIRA</b>	REALIZADO 2012	REALIZADO 2013	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO 2015
Vendas e serviços prestados	4 469 977	4 635 468	5 885 191	4 554 036
<b>Vendas</b>				
<b>Prestações de serviços</b>	<b>4 469 977</b>	<b>4 635 468</b>	<b>5 885 191</b>	<b>4 554 036</b>
Matrículas e mensalidades				620 709
Outras	4 469 977	4 635 468	5 885 191	3 933 327
<b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>	<b>144 857</b>	<b>194 367</b>	<b>1 505 018</b>	<b>1 431 954</b>
ISS, IP - Centros distritais	144 857	190 697	1 505 018	1 431 954
Outros		3 670		
<b>Ganhos (perdas) Imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos</b>				
<b>Varição nos Inventários da produção</b>				
<b>Trabalhos para a própria entidade</b>				
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>	<b>-405 611</b>	<b>-363 180</b>	<b>-655 127</b>	<b>-387 279</b>
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>-1 264 410</b>	<b>-1 532 681</b>	<b>-2 160 963</b>	<b>-1 662 382</b>
Subcontratos	-679 456	-881 763	-1 170 471	-962 057
Energia e fluidos	-272 711	-341 755	-552 261	-381 826
Outros	-312 243	-309 163	-438 231	-318 499
<b>Gastos com pessoal</b>	<b>-3 805 535</b>	<b>-3 966 538</b>	<b>-4 379 576</b>	<b>-4 205 971</b>
Remunerações certas	-2 720 705	-2 817 946	-3 036 337	-2 949 973
Remunerações adicionais	-452 980	-472 924	-576 037	-516 146
Formação profissional	-437		-24 780	-21 945
Pensões				
Encargos sobre remunerações	-596 784	-646 270	-716 398	-691 884
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-21 992	-10 586	-21 905	-15 573
Outros custos com o pessoal	-12 638	-18 813	-4 120	-10 450
<b>Ajustamentos de Inventário (perdas/reversões)</b>				
<b>Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)</b>	<b>-4 374</b>	<b>-15 222</b>		
<b>Provisões (aumentos/reduções)</b>				
<b>Provisões específicas (aumentos/reduções)</b>				
<b>Imparidade de Investim. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)</b>				
<b>Outras imparidades (perdas/reversões)</b>				
<b>Aumentos/reduções de justo valor</b>				
Outros rendimentos e ganhos	462 661	301 837	288 236	260 808
Outros gastos e perdas	-15 816	-4 524		
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e Impostos</b>	<b>-418 252</b>	<b>-750 473</b>	<b>482 779</b>	<b>-8 835</b>
<b>Gastos/reversões de depreciação e de amortização</b>	<b>-514 138</b>	<b>-556 667</b>	<b>-762 436</b>	<b>-701 974</b>
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e Impostos)</b>	<b>-932 390</b>	<b>-1 307 140</b>	<b>-279 657</b>	<b>-710 809</b>
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados				
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>-932 390</b>	<b>-1 307 140</b>	<b>-279 657</b>	<b>-710 809</b>
<b>Imposto sobre rendimento do período</b>				
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-932 390</b>	<b>-1 307 140</b>	<b>-279 657</b>	<b>-710 809</b>

Valores em euros

<b>CENTRO DE REABILITAÇÃO DO NORTE</b>	REALIZADO 2012	REALIZADO 2013	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO 2015
Vendas e serviços prestados			10 337 612	9 138 000
<b>Vendas</b>				
<b>Prestações de serviços</b>			<b>10 337 612</b>	<b>9 138 000</b>
Matrículas e mensalidades				
Outras			10 337 612	9 138 000
<b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>				
ISS, IP - Centros distritais				
Outros				
<b>Ganhos (perdas) Imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos</b>				
<b>Varição nos Inventários da produção</b>				
<b>Trabalhos para a própria entidade</b>				
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>			<b>-769 050</b>	<b>-748 748</b>
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>			<b>-3 863 730</b>	<b>-3 244 262</b>
Subcontratos			-1 479 372	-624 007
Energia e fluidos			-686 415	-396 000
Outros			-1 697 943	-2 224 255
<b>Gastos com pessoal</b>			<b>-4 172 079</b>	<b>-4 433 620</b>
Remunerações certas			-2 254 833	-2 755 491
Remunerações adicionais			-1 185 492	-888 982
Formação profissional			-10 710	-20 202
Pensões				
Encargos sobre remunerações			-707 283	-744 778
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais			-13 761	-14 547
Outros custos com o pessoal				-9 620
<b>Ajustamentos de Inventário (perdas/reversões)</b>				
<b>Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)</b>				
<b>Provisões (aumentos/reduções)</b>				
<b>Provisões específicas (aumentos/reduções)</b>				
<b>Imparidade de Investim. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)</b>				
<b>Outras imparidades (perdas/reversões)</b>				
<b>Aumentos/reduções de justo valor</b>				
Outros rendimentos e ganhos			9 526	7 200
Outros gastos e perdas				
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e Impostos</b>			<b>1 542 279</b>	<b>718 570</b>
<b>Gastos/reversões de depreciação e de amortização</b>			<b>-1 531 935</b>	<b>-560 898</b>
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e Impostos)</b>			<b>10 344</b>	<b>157 672</b>
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados				
<b>Resultado antes de Impostos</b>			<b>10 344</b>	<b>157 672</b>
<b>Imposto sobre rendimento do período</b>				
<b>Resultado líquido do período</b>			<b>10 344</b>	<b>157 672</b>

Valores em euros

<b>ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE SANTA CRUZ DO BISPO</b>	REALIZADO 2012	REALIZADO 2013	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO 2015
Vendas e serviços prestados	1 764 262	1 838 864	1 865 020	1 898 871
Vendas	248 602	270 920	293 200	288 287
Prestações de serviços	1 515 660	1 567 945	1 571 820	1 610 585
Matrículas e mensalidades				
Outras	1 515 660	1 567 945	1 571 820	1 610 585
Subsídios, doações e legados à exploração	35 326	16 139		
ISS, IP - Centros distritais				
Outros	35 326	16 139		
Ganhos (perdas) imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos				
Varição nos Inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade				
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-286 672	-301 790	-327 951	-324 315
Fornecimentos e serviços externos	-895 848	-925 192	-946 952	-890 859
Subcontratos	-215 610	-218 003	-218 003	-218 003
Energia e fluidos	-327 202	-348 894	-375 704	-263 568
Outros	-353 035	-358 295	-353 245	-409 288
Gastos com pessoal	-564 083	-553 787	-565 275	-576 091
Remunerações certas	-428 509	-417 791	-421 195	-423 794
Remunerações adicionais	-41 010	-43 743	-47 041	-52 701
Formação profissional	-340		-2 625	-2 692
Pensões				
Encargos sobre remunerações	-88 583	-88 937	-89 785	-93 463
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-2 423	-1 992	-2 001	-2 159
Outros custos com o pessoal	-3 219	-1 325	-2 628	-1 282
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)				
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	323	242	1 131	
Provisões (aumentos/reduções)				
Provisões específicas (aumentos/reduções)				
Imparidade de investim. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
Outras imparidades (perdas/reversões)				
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos e ganhos	33 675	59 464	90 942	5 834
Outros gastos e perdas	-36 464	-45 265	-46 808	-43 698
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>50 518</b>	<b>88 675</b>	<b>70 107</b>	<b>69 741</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-379	-1 562	-7 493	-9 972
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>50 139</b>	<b>87 113</b>	<b>62 614</b>	<b>59 769</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		48		
Juros e gastos similares suportados				
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>50 139</b>	<b>87 161</b>	<b>62 614</b>	<b>59 769</b>
Imposto sobre rendimento do período				
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>50 139</b>	<b>87 161</b>	<b>62 614</b>	<b>59 769</b>

Valores em euros

<b>ARTES GRÁFICAS AGSI + CPAC</b>	REALIZADO 2012	REALIZADO 2013	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO 2015
Vendas e serviços prestados	77 793	68 972	71 651	35 900
Vendas	6 810	3 936	5 380	3 900
Prestações de serviços	70 983	65 036	66 271	32 000
Matrículas e mensalidades				
Outras	70 983	65 036	66 271	32 000
Subsídios, doações e legados à exploração	238 888	241 038	241 134	243 546
ISS, IP - Centros distritais	238 888	241 038	241 134	243 546
Outros				
Ganhos (perdas) imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos				
Varição nos Inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade	59 332	54 368	70 000	50 239
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-38 906	-30 704	-36 166	-24 129
Fornecimentos e serviços externos	-29 051	-44 846	-28 264	-20 240
Subcontratos				
Energia e fluidos	-3 344	-3 378	-2 578	-3 097
Outros	-25 706	-41 468	-25 686	-17 144
Gastos com pessoal	-396 856	-368 939	-380 479	-374 111
Remunerações certas	-309 010	-292 780	-286 554	-288 515
Remunerações adicionais	-26 327	-25 118	-25 175	-19 943
Formação profissional			-2 100	-2 100
Pensões				
Encargos sobre remunerações	-62 360	-60 278	-64 425	-61 030
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-1 644	-1 438	-1 225	-1 523
Outros custos com o pessoal	2 484	10 675	-1 000	-1 000
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)				
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-9 155	-1 108		
Provisões (aumentos/reduções)				
Provisões específicas (aumentos/reduções)				
Imparidade de investim. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
Outras imparidades (perdas/reversões)				
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos e ganhos	4 362	50		
Outros gastos e perdas	-1 073	-1 707		-23
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>-94 665</b>	<b>-82 876</b>	<b>-62 123</b>	<b>-88 818</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-23 375	-22 089	-13 823	-31 448
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-118 040</b>	<b>-104 965</b>	<b>-75 946</b>	<b>-120 266</b>
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados				
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-118 040</b>	<b>-104 965</b>	<b>-75 946</b>	<b>-120 266</b>
Imposto sobre rendimento do período				
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-118 040</b>	<b>-104 965</b>	<b>-75 946</b>	<b>-120 266</b>

Valores em euros

<b>AGRICULTURA QUINTA D'ALVA</b>	REALIZADO 2012	REALIZADO 2013	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO 2015
Vendas e serviços prestados	179 875	152 512	157 575	195 090
Vendas	179 875	152 512	157 575	188 215
Prestações de serviços				6 875
Matrículas e mensalidades				
Outras				6 875
Subsídios, doações e legados à exploração	37 331	30 064	20 000	20 000
ISS, IP - Centros distritais				
Outros	37 331	30 064	20 000	20 000
Ganhos (perdas) imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos				
Variação nos inventários da produção	-16 489	-31 803		
Trabalhos para a própria entidade	2 975	2 774	1 842	1 200
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-1 456	-11 763	-7 500	-10 738
Fornecimentos e serviços externos	-63 612	-79 738	-105 980	-61 701
Subcontratos				
Energia e fluidos	-28 342	-23 207	-35 598	-32 298
Outros	-35 270	-56 532	-70 383	-29 403
Gastos com pessoal	-123 039	-99 121	-92 958	-121 035
Remunerações certas	-91 092	-71 874	-65 870	-86 859
Remunerações adicionais	-10 923	-9 037	-8 966	-10 969
Formação profissional			-1 685	-1 155
Pensões				
Encargos sobre remunerações	-20 015	-16 593	-15 806	-21 043
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-468	-397	-282	-459
Outros custos com o pessoal	-541	-1 220	-350	-550
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)				
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-13 226	-5 488		
Provisões (aumentos/reduções)				
Provisões específicas (aumentos/reduções)				
Imparidade de investim. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
Outras imparidades (perdas/reversões)				
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos e ganhos	31 845	23 862	22 008	15 978
Outros gastos e perdas	-170	-1 357		-970
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>34 034</b>	<b>-20 059</b>	<b>-5 014</b>	<b>37 825</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-99 981	-100 774	-98 129	-99 655
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-65 947</b>	<b>-120 833</b>	<b>-103 143</b>	<b>-61 830</b>
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados				
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-65 947</b>	<b>-120 833</b>	<b>-103 143</b>	<b>-61 830</b>
Imposto sobre rendimento do período				
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-65 947</b>	<b>-120 833</b>	<b>-103 143</b>	<b>-61 830</b>

Valores em euros

<b>AMBIENTE PARQUE DA PRELADA</b>	REALIZADO 2012	REALIZADO 2013	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO 2015
Vendas e serviços prestados				
Vendas				
Prestações de serviços				
Matrículas e mensalidades				
Outras				
Subsídios, doações e legados à exploração				
ISS, IP - Centros distritais				
Outros				
Ganhos (perdas) imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos				
Variação nos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade		113 740	108 000	95 810
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-452	-1 110	-418	-454
Fornecimentos e serviços externos	-39 674	-83 324	-64 584	-60 933
Subcontratos				
Energia e fluidos	-3 997	-8 000	-7 024	-6 552
Outros	-35 677	-75 325	-57 559	-54 381
Gastos com pessoal	-68 491	-193 932	-205 930	-152 326
Remunerações certas	-53 063	-147 019	-152 169	-115 299
Remunerações adicionais	-3 826	-14 613	-15 816	-10 315
Formação profissional			-1 365	-945
Pensões				
Encargos sobre remunerações	-10 983	-30 844	-35 280	-24 709
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-322	-597	-650	-609
Outros custos com o pessoal	-297	-859	-650	-450
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)				
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)				
Provisões (aumentos/reduções)				
Provisões específicas (aumentos/reduções)				
Imparidade de investim. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
Outras imparidades (perdas/reversões)				
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos e ganhos	1 550	1 016		
Outros gastos e perdas	-259	-243	-261	-188
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>-107 325</b>	<b>-163 854</b>	<b>-163 193</b>	<b>-118 091</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-6 088	-6 260	-6 057	-747
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-113 413</b>	<b>-170 114</b>	<b>-169 249</b>	<b>-118 838</b>
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados				
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-113 413</b>	<b>-170 114</b>	<b>-169 249</b>	<b>-118 838</b>
Imposto sobre rendimento do período				
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-113 413</b>	<b>-170 114</b>	<b>-169 249</b>	<b>-118 838</b>

Valores em euros

<b>CULTURA</b> <b>MMIPO + CASA DA PRELADA</b>	REALIZADO 2012	REALIZADO 2013	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO 2015
Vendas e serviços prestados	9 901	6 049		567 594
Vendas	4 002	3 895		43 074
Prestações de serviços	5 899	2 154		524 520
Matrículas e mensalidades				
Outras	5 899	2 154		524 520
Subsídios, doações e legados à exploração				
ISS, IP - Centros distritais				
Outros				
Ganhos (perdas) imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos				
Varição nos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade				
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-11 077	-5 103	-3 703	-54 081
Fornecimentos e serviços externos	-22 761	-100 969	-77 913	-415 212
Subcontratos				
Energia e fluidos	-796	-1 812	-6 400	-54 967
Outros	-21 965	-99 157	-71 513	-360 245
Gastos com pessoal	-164 478	-204 502	-258 493	-323 382
Remunerações certas	-130 378	-160 679	-198 510	-251 110
Remunerações adicionais	-6 529	-8 883	-12 731	-14 459
Formação profissional		-35	-1 260	-1 523
Pensões				
Encargos sobre remunerações	-26 699	-33 845	-44 544	-54 240
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-571	-688	-849	-1 326
Outros custos com o pessoal	-301	-373	-600	-725
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)				
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)				
Provisões (aumentos/reduções)				
Provisões específicas (aumentos/reduções)				
Imparidade de investim. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
Outras imparidades (perdas/reversões)				
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos e ganhos	48 604	833		
Outros gastos e perdas	-7 840	-1 007		-1 279
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>-147 651</b>	<b>-304 699</b>	<b>-340 109</b>	<b>-226 361</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-2 240	-22 630	-32 439	-182 410
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-149 891</b>	<b>-327 328</b>	<b>-372 548</b>	<b>-408 771</b>
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados				
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-149 891</b>	<b>-327 328</b>	<b>-372 548</b>	<b>-408 771</b>
Imposto sobre rendimento do período				
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-149 891</b>	<b>-327 328</b>	<b>-372 548</b>	<b>-408 771</b>

Valores em euros

<b>DEPARTAMENTOS CENTRAIS</b> <b>SERVIÇOS PARTILHADOS</b>	REALIZADO 2012	REALIZADO 2013	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO 2015
Vendas e serviços prestados	42 794	40 712	42 575	37 375
Vendas	90			
Prestações de serviços	42 704	40 712	42 575	37 375
Matrículas e mensalidades				
Outras	42 704	40 712	42 575	37 375
Subsídios, doações e legados à exploração	371 746	207 467	17 307	13 304
ISS, IP - Centros distritais				
Outros	371 746	207 467	17 307	13 304
Ganhos (perdas) imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos	10 194	11 737		
Varição nos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade	502 029	309 638	326 000	195 860
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-72 916	-23 651	-28 535	-4 440
Fornecimentos e serviços externos	-1 361 370	-774 417	-1 122 166	-688 220
Subcontratos				
Energia e fluidos	-43 490	-52 340	-58 685	-50 046
Outros	-1 317 880	-722 078	-1 063 481	-638 173
Gastos com pessoal	-2 473 451	-2 497 856	-2 465 930	-2 741 719
Remunerações certas	-1 837 173	-1 867 929	-1 838 013	-2 081 063
Remunerações adicionais	-195 386	-184 699	-187 281	-177 843
Formação profissional	-8 812	-6 271	-10 106	-11 131
Pensões				
Encargos sobre remunerações	-385 580	-388 827	-417 808	-455 438
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-9 148	-9 867	-7 830	-10 943
Outros custos com o pessoal	-37 352	-40 263	-4 892	-5 301
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)				
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-4 770	-8 298		
Provisões (aumentos/reduções)		-432 668		-549 312
Provisões específicas (aumentos/reduções)				
Imparidade de investim. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	367 641	46 443		
Outras imparidades (perdas/reversões)				
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos e ganhos	125 165	157 211	55 137	8 975
Outros gastos e perdas	-148 356	-118 511	-17 237	-141 560
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>-2 641 295</b>	<b>-3 082 194</b>	<b>-3 192 849</b>	<b>-3 869 736</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-251 014	-253 976	-306 999	-301 623
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-2 892 309</b>	<b>-3 336 169</b>	<b>-3 499 848</b>	<b>-4 171 359</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	562 066	503 933	256 290	306 290
Juros e gastos similares suportados	-648	-2 079		-1 658
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-2 330 891</b>	<b>-2 834 315</b>	<b>-3 243 559</b>	<b>-3 866 727</b>
Imposto sobre rendimento do período				
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-2 330 891</b>	<b>-2 834 315</b>	<b>-3 243 559</b>	<b>-3 866 727</b>

Valores em euros

<b>EDUCAÇÃO CNSE</b>	REALIZADO 2012	REALIZADO 2013	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO 2015
Vendas e serviços prestados	996 600	1 085 111	1 122 466	1 137 894
<b>Vendas</b>				
<b>Prestações de serviços</b>	996 600	1 085 111	1 122 466	1 137 894
Matrículas e mensalidades	824 284	900 932	965 635	1 002 558
Outras	172 316	184 179	156 831	135 336
<b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>	298 266	388 238	594 186	557 378
ISS, IP - Centros distritais	297 741	386 561	594 186	557 378
Outros	525	1 677		
<b>Ganhos (perdas) imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos</b>				
<b>Variação nos inventários da produção</b>				
<b>Trabalhos para a própria entidade</b>				
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>	-43 035	-26 131	-12 229	-11 954
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	-342 730	-480 910	-421 271	-378 765
Subcontratos	-78 390	-167 815	-196 277	-174 839
Energia e fluidos	-56 815	-58 354	-51 769	-45 049
Outros	-207 524	-254 742	-173 225	-158 877
<b>Gastos com pessoal</b>	-1 276 912	-1 303 733	-1 292 785	-1 464 867
Remunerações certas	-987 678	-1 009 137	-1 018 440	-1 161 597
Remunerações adicionais	-68 098	-68 020	-74 206	-77 845
Formação profissional			-6 815	-7 980
Pensões				
Encargos sobre remunerações	-208 058	-217 428	-185 727	-207 513
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-4 810	-4 716	-4 353	-6 132
Outros custos com o pessoal	-8 268	-4 432	-3 245	-3 800
<b>Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)</b>				
<b>Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)</b>				
<b>Provisões (aumentos/reduções)</b>				
<b>Provisões específicas (aumentos/reduções)</b>				
<b>Imparidade de investim. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)</b>				
<b>Outras imparidades (perdas/reversões)</b>				
<b>Aumentos/reduções de justo valor</b>				
Outros rendimentos e ganhos	80 496	78 353	68 211	105 239
Outros gastos e perdas	-11 852	-4 936		-1 370
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	-299 167	-264 010	58 577	-56 446
<b>Gastos/reversões de depreciação e de amortização</b>	-130 363	-140 464	-143 051	-157 969
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	-429 530	-404 474	-84 474	-214 415
Juros e rendimentos similares obtidos	116	116	116	116
Juros e gastos similares suportados				
<b>Resultado antes de impostos</b>	-429 413	-404 357	-84 358	-214 299
<b>Imposto sobre rendimento do período</b>				
<b>Resultado líquido do período</b>	-429 413	-404 357	-84 358	-214 299

Valores em euros

<b>ENSINO ESPECIAL CIAD</b>	REALIZADO 2012	REALIZADO 2013	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO 2015
Vendas e serviços prestados	59 702	47 030	89 306	78 685
<b>Vendas</b>	252	133		900
<b>Prestações de serviços</b>	59 450	46 898	89 306	77 785
Matrículas e mensalidades	47 173	33 501	69 851	73 498
Outras	12 277	13 397	19 455	4 287
<b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>	417 579	444 198	791 185	782 891
ISS, IP - Centros distritais	399 458	420 119	767 107	768 436
Outros	18 121	24 079	24 079	14 455
<b>Ganhos (perdas) imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos</b>				
<b>Variação nos inventários da produção</b>				
<b>Trabalhos para a própria entidade</b>				
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>	-32 309	-38 319	-46 856	-39 378
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	-163 234	-174 107	-169 733	-175 417
Subcontratos	-42 661	-68 136	-133 074	-107 976
Energia e fluidos	-16 438	-18 661	-16 973	-21 840
Outros	-104 135	-87 310	-19 686	-45 602
<b>Gastos com pessoal</b>	-654 320	-633 445	-643 167	-817 367
Remunerações certas	-500 572	-489 796	-482 822	-614 671
Remunerações adicionais	-48 388	-46 752	-49 521	-65 348
Formação profissional			-4 064	-5 691
Pensões				
Encargos sobre remunerações	-102 356	-103 241	-102 762	-125 702
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-2 450	-2 380	-2 064	-3 245
Outros custos com o pessoal	-553	8 724	-1 935	-2 710
<b>Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)</b>				
<b>Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)</b>	-4 658			
<b>Provisões (aumentos/reduções)</b>				
<b>Provisões específicas (aumentos/reduções)</b>				
<b>Imparidade de investim. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)</b>				
<b>Outras imparidades (perdas/reversões)</b>				
<b>Aumentos/reduções de justo valor</b>				
Outros rendimentos e ganhos	14 621	11 863	9 348	9 666
Outros gastos e perdas	-7 682	-8 551		-1 052
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	-370 301	-351 331	30 083	-161 972
<b>Gastos/reversões de depreciação e de amortização</b>	-68 280	-107 013	-61 167	-80 556
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	-438 581	-458 344	-31 084	-242 528
Juros e rendimentos similares obtidos	270	309	309	309
Juros e gastos similares suportados				
<b>Resultado antes de impostos</b>	-438 312	-458 035	-30 775	-242 219
<b>Imposto sobre rendimento do período</b>				
<b>Resultado líquido do período</b>	-438 312	-458 035	-30 775	-242 219

Valores em euros

<b>JUVENTUDE CBNS</b>	REALIZADO 2012	REALIZADO 2013	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO 2015
Vendas e serviços prestados	25 273	33 968	17 736	25 316
<b>Vendas</b>				
<b>Prestações de serviços</b>	25 273	33 968	17 736	25 316
Matrículas e mensalidades	24 613	27 573	17 736	25 316
Outras	660	6 395		
<b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>	318 692	353 951	317 435	355 219
ISS, IP - Centros distritais	314 268	349 113	317 435	355 219
Outros	4 424	4 838		
<b>Ganhos (perdas) imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos</b>				
<b>Variação nos inventários da produção</b>				
<b>Trabalhos para a própria entidade</b>				
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>	-47 266	-43 829	-48 741	-47 144
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	-150 874	-157 575	-189 846	-159 970
Subcontratos	-42 675	-55 952	-74 840	-61 858
Energia e fluidos	-26 082	-24 995	-20 369	-22 701
Outros	-82 116	-76 629	-94 637	-75 412
<b>Gastos com pessoal</b>	-632 716	-561 467	-563 728	-511 265
Remunerações certas	-452 857	-409 117	-402 830	-374 044
Remunerações adicionais	-61 877	-57 961	-57 193	-46 320
Formação profissional			-3 465	-3 255
Pensões				
Encargos sobre remunerações	-95 903	-90 437	-96 868	-84 122
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-2 568	-2 000	-1 722	-1 975
Outros custos com o pessoal	-19 511	-1 953	-1 650	-1 550
<b>Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)</b>				
<b>Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)</b>				
<b>Provisões (aumentos/reduções)</b>				
<b>Provisões específicas (aumentos/reduções)</b>				
<b>Imparidade de investim. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)</b>				
<b>Outras imparidades (perdas/reversões)</b>				
<b>Aumentos/reduções de justo valor</b>				
Outros rendimentos e ganhos	54 001	54 926	16 932	312
Outros gastos e perdas	-7 549	-7 355	-257	-1 302
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	-440 439	-327 381	-450 470	-338 834
<b>Gastos/reversões de depreciação e de amortização</b>	-106 863	-103 741	-99 676	-103 739
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	-547 302	-431 122	-550 146	-442 573
Juros e rendimentos similares obtidos	205	165	165	165
Juros e gastos similares suportados				
<b>Resultado antes de impostos</b>	-547 098	-430 958	-549 981	-442 408
<b>Imposto sobre rendimento do período</b>				
<b>Resultado líquido do período</b>	-547 098	-430 958	-549 981	-442 408

Valores em euros

<b>PATRIMÓNIO DE RENDIMENTO</b>	REALIZADO 2012	REALIZADO 2013	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO 2015
Vendas e serviços prestados	22 956	28 175	16 463	19 902
<b>Vendas</b>				
<b>Prestações de serviços</b>	22 956	28 175	16 463	19 902
Matrículas e mensalidades				
Outras	22 956	28 175	16 463	19 902
<b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>				
ISS, IP - Centros distritais				
Outros				
<b>Ganhos (perdas) imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos</b>				
<b>Variação nos inventários da produção</b>				
<b>Trabalhos para a própria entidade</b>				
<b>Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas</b>				
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	-268 463	-471 892	-443 505	-458 937
Subcontratos				
Energia e fluidos	-55 387	-55 053	-47 723	-57 033
Outros	-213 076	-416 840	-395 782	-401 904
<b>Gastos com pessoal</b>				
Remunerações certas				
Remunerações adicionais				
Formação profissional				
Pensões				
Encargos sobre remunerações				
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais				
Outros custos com o pessoal				
<b>Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)</b>				
<b>Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)</b>	-18 578	-132 013		
<b>Provisões (aumentos/reduções)</b>				
<b>Provisões específicas (aumentos/reduções)</b>				
<b>Imparidade de investim. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)</b>				
<b>Outras imparidades (perdas/reversões)</b>				
<b>Aumentos/reduções de justo valor</b>				
Outros rendimentos e ganhos	4 224 411	4 420 081	4 599 503	4 427 916
Outros gastos e perdas	-75 727	-27 849		-6 305
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	3 884 598	3 816 501	4 172 461	3 982 576
<b>Gastos/reversões de depreciação e de amortização</b>	-1 327 031	-1 232 756	-366 711	-1 073 826
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	2 557 567	2 583 745	3 805 750	2 908 750
Juros e rendimentos similares obtidos		759		
Juros e gastos similares suportados	-6 996	-3 071	-3 314	-18 251
<b>Resultado antes de impostos</b>	2 550 571	2 581 433	3 802 437	2 890 500
<b>Imposto sobre rendimento do período</b>				
<b>Resultado líquido do período</b>	2 550 571	2 581 433	3 802 437	2 890 500

Valores em euros

<b>SOCIAL</b> <i>ERPI'S + CR + CSA + CAS</i>	REALIZADO 2012	REALIZADO 2013	ORÇAMENTO 2014	ORÇAMENTO 2015
Vendas e serviços prestados	1 237 607	1 437 445	1 334 601	1 618 618
Vendas	31 238	39 921	38 417	40 828
Prestações de serviços	1 206 369	1 397 525	1 296 185	1 577 790
Matrículas e mensalidades	1 200 622	1 357 880	1 255 706	1 537 184
Outras	5 747	39 645	40 478	40 606
Subsídios, doações e legados à exploração	1 132 025	1 445 128	1 621 783	1 907 042
ISS, IP - Centros distritais	1 128 409	1 425 367	1 621 783	1 907 042
Outros	3 616	19 761		
Ganhos (perdas) imputados de subs., associadas e emp. Conjuntos				
Variação nos inventários da produção				
Trabalhos para a própria entidade	4			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-206 180	-206 436	-225 358	-192 548
Fornecimentos e serviços externos	-968 362	-1 479 620	-1 617 376	-1 695 476
Subcontratos	-377 522	-658 899	-782 864	-911 997
Energia e fluidos	-228 875	-299 712	-349 637	-316 898
Outros	-361 965	-521 009	-484 876	-466 581
Gastos com pessoal	-2 910 512	-2 809 190	-3 044 983	-3 084 701
Remunerações certas	-2 045 719	-1 965 189	-2 077 852	-2 118 655
Remunerações adicionais	-386 867	-378 426	-410 731	-422 846
Formação profissional			-19 341	-20 874
Pensões				
Encargos sobre remunerações	-454 193	-446 948	-518 967	-501 201
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	-9 800	-9 124	-8 882	-11 185
Outros custos com o pessoal	-13 933	-9 502	-9 210	-9 940
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)				
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	14 159	-51 434		
Provisões (aumentos/reduções)				
Provisões específicas (aumentos/reduções)				
Imparidade de investim. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)				
Outras imparidades (perdas/reversões)				
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos e ganhos	154 733	147 268	30 612	10 791
Outros gastos e perdas	-41 269	-18 185		-9 026
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>-1 587 795</b>	<b>-1 535 022</b>	<b>-1 900 720</b>	<b>-1 445 301</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-293 982	-306 533	-280 132	-290 716
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>-1 881 777</b>	<b>-1 841 555</b>	<b>-2 180 853</b>	<b>-1 736 017</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	997	997	997	997
Juros e gastos similares suportados	-2	-4		
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>-1 880 781</b>	<b>-1 840 561</b>	<b>-2 179 855</b>	<b>-1 735 019</b>
Imposto sobre rendimento do período				
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>-1 880 781</b>	<b>-1 840 561</b>	<b>-2 179 855</b>	<b>-1 735 019</b>

Valores em euros

## PLANO DE INVESTIMENTOS 2015

ÁREA DE EXPLORAÇÃO	TIPO DE INVESTIMENTO	VALOR	
Património	Diversos	Imobiliário   Programa 2020	1 500 000,00
		Imobiliário   Manutenção	500 000,00
		Imobiliário   Operacional	800 000,00
	Área Social	ERPI   Quinta Marinho	300 000,00
	Área Cultura	Museu e Casa da Prelada	250 000,00
		<b>TOTAL</b>	<b>3 350 000,00</b>
Saúde	Hospital da Prelada	Modernização Hospitalar	600 000,00
		Modernização Administrativa	230 000,00
	CHCF	Conservação e alteração de edifícios	600 000,00
		Modernização Hospitalar	40 000,00
		Modernização Administrativa	100 000,00
	CRN	Modernização Hospitalar	150 000,00
		Modernização Administrativa	180 000,00
		<b>TOTAL</b>	<b>1 900 000,00</b>
Departamentos Centrais + Outras Áreas	Modernização Administrativa	250 000,00	
		<b>TOTAL   SCMP</b>	<b>5 500 000,00</b>

Valores em euros

Valores com IVA



*PARECER DO  
DEFINITÓRIO*

---

## **PARECER DO DEFINITÓRIO**

No dia seis de Novembro de dois mil e catorze, pelas dezassete horas, reuniu o Definitório da Santa Casa da Misericórdia do Porto nos seus Serviços Centrais, sítos na Rua das Flores nº5, Porto, para nos termos da alínea d) do Artigo 58º do Compromisso, apreciar e dar parecer sobre o Plano de Atividades e do Orçamento para o ano de 2015.

Após a análise do documento elaborado pela Mesa Administrativa, o Definitório considerou o seguinte:

1.O Plano de Atividades e Orçamento para 2015 evidencia um enquadramento institucional da Santa Casa da Misericórdia com cariz de serviço público e apoio social, característica esta bem presente ao longo do documento em apreço e que consideramos perfeitamente adequada. Isto implica ter sempre presente uma preocupação de base em assegurar a continuidade da sustentabilidade económico-financeira. Para tal é importante a redução dos défices operacionais das diversas áreas de intervenção, algo que ali está previsto. Assim, o Orçamento está devidamente ordenado e aponta para um aumento dos Rendimentos e uma contenção dos Gastos.

2.A definição das prioridades estratégicas para o próximo ano, particularmente o plano de investimentos apresentado (5,5 M€), reflete bem a importância que a modernização dos equipamentos hospitalares merece (1,9 M€) bem como, a manutenção e conservação do nosso património (3,35 M€). Por outro lado, reflete-se no Orçamento um grande desejo na continuação da racionalização dos serviços, por forma a obter ganhos de eficiência e eficácia na aplicação de recursos e meios em todas as áreas que constituem a SCMP.

3.Merece realce na Área da Saúde, a introdução prevista de uma nova versão do agrupador de doentes no contrato programa do Hospital da Prelada, a AP 30R, ficando assim assegurada alguma correção de sinal positivo face aquilo que a anterior versão AP 27 estava a impactar.

4.O volume de Vendas e Prestações de Serviços da SCMP apresenta-se superior ao orçamento de 2014 em 699.787 € e aumenta face ao efetivamente realizado em 2013, 8.049.968 €, algo que ilustra o esforço em alcançar outros patamares de atividade.

5.No que envolve a rubrica dos Fornecimentos e Serviços Externos, aquela que a par dos Gastos com o Pessoal representa a principal base de custos, constata-se um esforço de racionalização forte, já que a mesma apresenta uma economia face ao orçamento de 2014 de 1.228.218 €; quando comparada com o valor efetivo do exercício de 2013, há um acréscimo de 3.530.887 € fruto do aumento de atividade.

## PARECER DO DEFINITÓRIO

(CONTINUAÇÃO)

6. Do confronto dos rendimentos operacionais com os gastos operacionais, resulta um fluxo operacional positivo de 5,4 M€ (EBITDA), que depois de se imputar os gastos em amortizações e a função financeira (favorável), provoca um resultado líquido positivo de 677.321 €; este resultado final da exploração é não só superior em 568.911 € ao resultado orçamentado para 2014, como cresce 1.646.119 € face ao resultado líquido efetivo de 2013 (negativo de 968.798 €).

Assim e feitas as considerações acima enunciadas sobre o Plano de Atividades e do Orçamento para 2015, o Definitório emite o seguinte parecer:

-Em resultado do trabalho desenvolvido nas várias áreas de exploração da SCMP, apesar da atual conjuntura económica e social que o país atravessa, a Mesa Administrativa tem feito um meritório esforço de gestão para garantir a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental da SCMP.

-Por estarem reunidos os requisitos fundamentais neste tipo de documento, no que ao enquadramento institucional diz respeito bem como, ao necessário equilíbrio económico-financeiro da exploração e ainda, por se considerar exequível a sua aplicação prática, o Definitório propõe à Assembleia Geral que se realiza no dia 14 p.f. a aprovação do Plano de Atividades e do Orçamento para 2015.

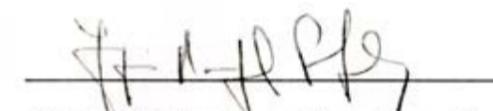
Expressamos à Mesa Administrativa e aos Colaboradores da Instituição o nosso agradecimento pelo empenho, zelo e eficiência demonstrados não só na atividade desenvolvida no corrente ano, mas também na determinação em definir e atingir objetivos ambiciosos e claros que permitam à Santa Casa da Misericórdia do Porto a prossecução da sua missão.

Porto, 10 de Novembro de 2014

O Definitório:



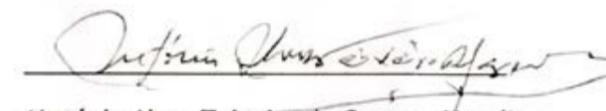
(José Rodrigues Silva Caiano - Presidente)



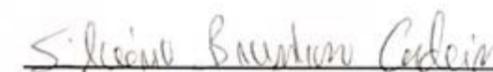
(Joaquim Sabino Rangel Pamplona - Vice-Presidente)



(Joaquim Silva Vianez - Secretário)



(António Alves Teixeira do Carmo - Vogal)



(Silvério Santos Brunhoso Cordeiro - Vogal)



[www.scmp.pt](http://www.scmp.pt)